

ELO

Associação dos Deficientes das Forças Armadas

Director: José Diniz Ano XXVII Nov. 2001 01/11/01 Nº 313 Preço 140\$00/0,70 €

• **ELO**
27.º Aniversário celebra-se
com jantar associativo
no dia 23 de Novembro
de 2001
página 13

• **Lisboa**
Reunião extraordinária
do Conselho de Delegação
página 9

• **REHA 2001**
Delegação da ADFA na
Feira de Ajudas Técnicas
em Düsseldorf
página 13

• **AJUTEC**
ADFA organiza "stand"
na feira anual na Exponor
página 5



PORTE PAGO

SNRIPD organiza
Dia Nacional
de Informação



página 2

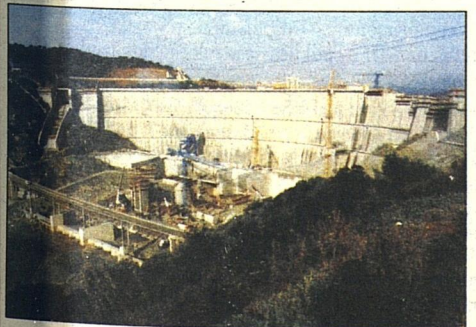
Inauguração em Viseu
Monumento aos
Combatentes do Ultramar

página 20

10 de Novembro - 14h00
Assembleia Geral
da Delegação de Lisboa

página 9

Évora
Delegação organiza
paradeio a Alqueva



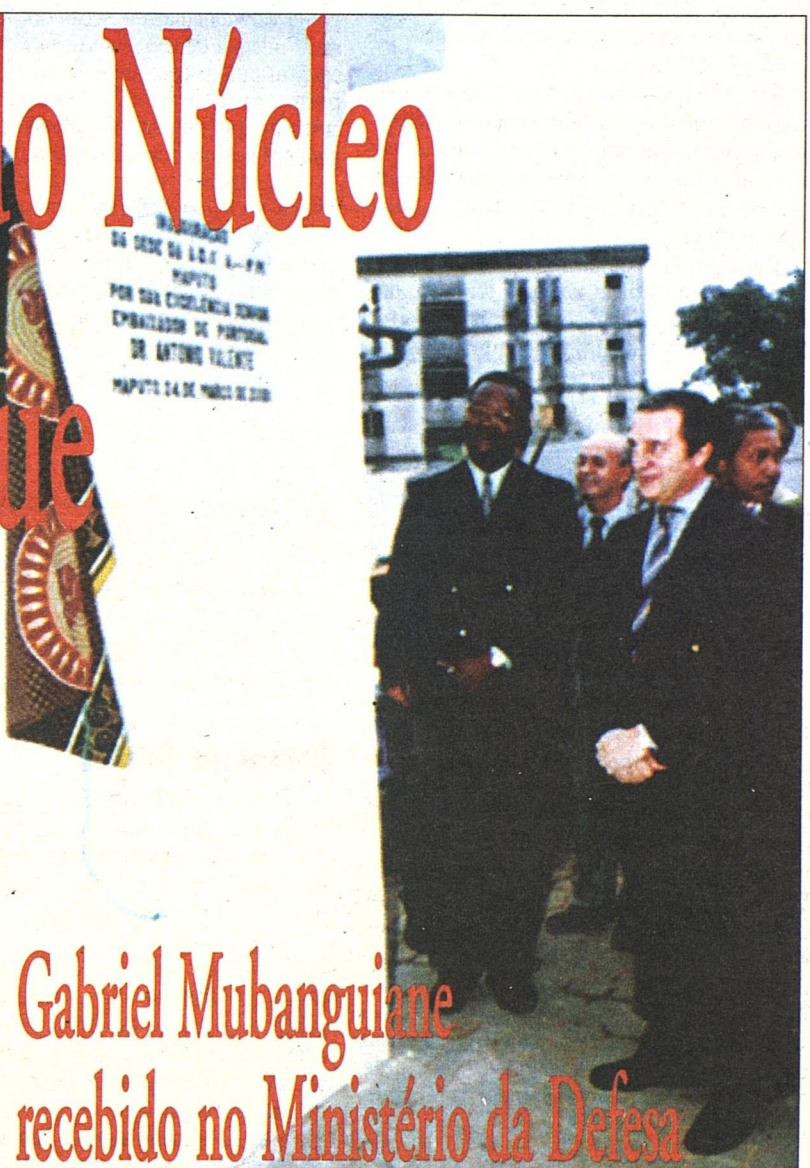
página 15

Famalicão
Exposição sobre Guerra
Colonial vai à Covilhã



página 7

Inauguração do Núcleo de Moçambique



Gabriel Mubanguiane recebido no Ministério da Defesa

Na sua deslocação a Portugal, Gabriel Mubanguiane, presidente do Núcleo de Moçambique, acompanhado pelo presidente da DN e de técnicos da Acção Social, contactou com várias entidades do Ministério da Defesa Nacional e do Governo Militar de Lisboa tendo, entre outros assuntos, sido equacionadas as regras para a deslocação a Portugal de deficientes moçambicanos

página 10

Reivindicações legislativas

• Contagem de tempo de serviço ainda em estudo

páginas 11 e 20

• Tribunal Constitucional a favor da dispensa da nacionalidade portuguesa para qualificação de DFA

páginas 16 e 17

Audiência

Secretário de Estado atento à terceira idade dos deficientes

página 11

Dia Nacional de Informação 2001

Novas perspectivas para inclusão plena

Criar um espaço de reflexão e discussão sobre os novos instrumentos legais e políticos que permitem maior integração social dos cidadãos portadores de deficiência é uma das linhas orientadoras do Dia Nacional de Informação, que na edição deste ano contou com a realização de um seminário subordinado ao tema "Pessoas com Deficiência: Novas Perspectivas para uma Inclusão Plena", com a coordenação do Secretariado Nacional para a Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiência (SNRIPD), no Centro do Ministério da Educação, em Caparide, Estoril, no dia nove de Outubro.

A iniciativa é considerada "uma prioridade em termos de sensibilização" pela Comissão Europeia, que destaca a sua importância relativamente aos progressos realizados na área da deficiência e reabilitação, a nível comunitário.

Divulgar as boas práticas e as experiências inovadoras a nível nacional foi outro dos objectivos do encontro, com vista a "envolver as organizações não governamentais e outras

entidades" na reflexão sobre a situação actual e metas a atingir.

A cerimónia de abertura foi presidida pelo representante do secretário de Estado da Solidariedade e Segurança Social, António Souto, que alertou para a urgência de "evitar, por todos os meios, a marginalização e o isolamento" por que passam alguns cidadãos portadores de deficiência, realçando ainda a importância da educação especial e da empregabilidade como factores decisivos para uma necessária evolução.

O vereador para a Acção Social da Câmara Municipal de Cascais, Alexandre Sargento, congratulou-se com a escolha do seu concelho para a realização do evento e destacou o trabalho que tem sido feito pela edilidade em prol das pessoas com deficiência.

O secretário Nacional para a Reabilitação, Vitorino Vieira Dias, salientou que o tema do encontro está inserido na dinâmica do movimento europeu em curso neste sector e anunciou o ano de 2003 como Ano Europeu das Pessoas com Deficiência, acrescentando que o SNRIPD vai apresentar brevemente uma pro-



FARINHO LOPES

posta que garanta a participação de Portugal nessas comemorações.

Congratulando-se com a "grande participação das instituições de e para deficientes" no Dia Nacional de Informação, Vieira Dias anunciou ainda que as comemorações do Dia Internacional da Pessoa com Deficiência, três de Dezembro, vão decorrer na cidade de Castelo Branco.

Ainda durante a manhã e pela tarde tiveram lugar os três painéis de apresentações subordinados aos temas "As Novas Políticas Comunitárias em Prol dos Cidadãos com Deficiência", "Políticas e Programas Operacionais" e "A Perspectiva das ONG de âmbito Nacional", que contaram com a participação de técnicos e dirigentes nacionais e estrangeiros. •

RV

Breves

Desporto para deficientes

O Grupo Desportivo Murtalense (GDM) vai realizar o VI Encontro Desportivo de Outono para Deficientes, nos próximos dias três e quatro de Novembro, na Parede, Cascais.

A ADFA vai participar na modalidade de Ténis de Mesa, inserida no VI Torneio que vai decorrer no salão do Grupo Musical e Recreativo Murtalense, disputando-se o troféu "Carlos Curado", cuja final vai decorrer no dia quatro.

Vai também fazer parte deste encontro o XI Torneio Quadrangular de Basquetebol em Cadeira de Rodas, no Pavilhão Almirante Nunes da Matta (Escola Secundária de Parede) e o XIII Circuito em Cadeira de Rodas.

Nos dias três e quatro as actividades têm início pelas 09h00, prolongando-se pela tarde, com almoço na Colónia Balnear Infantil do Século. •

12º Aniversário da ACAPO

Com a presença do presidente da ONCE, associação de cegos de Espanha, as comemorações do 12º aniversário da ACAPO incluíram a realização de um Jogo Internacional de Goalball entre Portugal e Espanha, no dia 12 de Outubro, no Pavilhão Carlos Lopes. No Dia Mundial da Bengala Branca, efectuaram-se as comemorações na Escola Eugénio dos Santos, em Lisboa, com actividades de mobilidade, Braille e novas tecnologias.

No dia 16 de Outubro teve lugar a assinatura de um protocolo sobre a cedência de um prédio para futuras instalações da Delegação Regional do Sul e Ilhas da ACAPO, com a Câmara Municipal de Lisboa, representada pelo presidente, João Soares.

No mesmo dia, o Presidente da República, Jorge Sampaio, recebeu a ACAPO no Palácio de Belém, tendo também lugar uma audiência conjunta ACAPO/ONCE com o secretário de Estado da Segurança Social, José Simões de Almeida, no Ministério do Trabalho e da Solidariedade. "Foi uma oportunidade para a ACAPO mais uma vez trazer a público os anseios dos seus associados e dos cegos em geral", lembrou José Arruda, presidente daquela Associação que, como associado da ADFA, lhe dirigiu em várias ocasiões palavras de agradecimento por ter tornado possível

que, enquanto funcionário da ADFA, exerça o mandato de presidente da ACAPO.

No dia 20 de Outubro culminou a semana de eventos do 12º aniversário, na cidade do Porto, consoante do programa um almoço, na cantina da Universidade do Porto, seguido de um espectáculo no Cineteatro Júlio Dinis. •

Pensão de Sangue

O Teatro da Trindade, em Lisboa, levou à cena, em sessão única, a peça de teatro "Pensão de Sangue - Filhos de uma Guerra Colonial", da autoria de Alfredo Brito, no passado dia nove de Outubro.

A peça, cuja estreia o ELO já tinha abordado em notícia de Julho de 2000, foi também representada por Alfredo Brito, e trata a situação do filho de alguém que combateu na Guerra Colonial, do seus "fantasmas", das lembranças e ideias sobre o que foram alguns episódios do conflito e de como o viveram os homens que por lá passaram. •

À sessão assistiram inúmeras figuras públicas, entre actores, políticos e outras entidades, das quais se destacou a ADFA, que se fez representar por vários elementos dos seus Órgãos Sociais Nacionais.

"Pensão de Sangue" impressionou a generalidade da assistência, destacando-se também os testemunhos recolhidos na ADFA pela TSF, junto de associados vítimas de stress de guerra, que marcaram a introdução e o fecho da peça teatral. •

Plano de Formação LPDM

A Liga Portuguesa de Deficientes Motores - Centro de Recursos Sociais (LPDM CRS) está a promover, entre Setembro e Dezembro deste ano, nove acções formativas co-financiadas pelo Fundo Social Europeu e Estado Português, subordinadas ao tema "Formar para Qualificar-Atualizar-Aperfeiçoar".

A LPDM CRS já divulgou o seu Plano de Formação para 2001, cuja brochura se encontra à disposição dos interessados na Sede Nacional da ADFA.

A ADFA recebeu também uma outra publicação onde são divulgados os vídeos pedagógicos produzidos pela LPDM CRS, "que constituem importantes instrumentos de suporte à intervenção formativa/educativa nas áreas da saúde, reabilitação e inserção social, junto de profissionais e famílias". •

Projecto Porcide II/Think

O Secretariado Nacional para a Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiência divulgou junto da ADFA a existência de 60 vagas para integração de pessoas portadoras de deficiência no mercado de trabalho, até Julho de 2002, no âmbito do projecto Porcide II/Think.

Este projecto prende-se com a integração de 300 pessoas com deficiência no mercado de trabalho em 22 meses, em Portugal, Espanha, Itália, Grécia, Escócia e Letónia, através de teletrabalho e das tecnologias de informação, garantindo-se o apoio material, suporte educacional, de organização e de gestão dos trabalhadores envolvidos, durante o seu quadro de validade. •

Será fácil crescer?

O Centro de Educação Especial e Recuperação Infantil de Alcobaca (CEERIA) realizou, no passado dia 19 de Outubro, em Alcobaca, o seu 1º Seminário sobre os Processos de Maturação, subordinado ao tema "Será Fácil Crescer?".

A iniciativa contou com a participação da ADFA e incluiu exposições sobre o desenvolvimento humano, sobre o crescimento e sofrimento e sobre a prevenção no crescimento, entre outros temas abordados.

O encontro contou com a participação activa de um professor universitário da área da Psicologia, de uma psicóloga clínica e de formadores e terapeutas da prática psicomotora. •

Profissionais eficientes

"Das Oportunidades à Inserção" foi o tema do encontro realizado pela Operação para a Promoção do Emprego de Pessoas com Deficiência da Cidade de Lisboa (OED), no dia 25 de Setembro, nas instalações da Câmara Municipal de Lisboa.

O encontro contou com um debate em que intervieram o secretário nacional para Reabilitação, Vitorino Vieira Dias, empresários, trabalhadores portadores de deficiência e representantes das áreas política, de marketing e outras.

A informação e a sensibilização de empresários para a contratação de profissionais deficientes foi um dos objectivos desta iniciativa. •

RV

Agenda

Reunião da Delegação de Famalicão

Na primeira 3ª feira de Novembro, dia 06, pelas 21h00, decorre a reunião da direcção da Delegação de Famalicão. Os associados interessados em participar devem comunicá-lo antecipadamente à secretaria da Delegação.

Funcionamento do Núcleo de Braga

No 1º e 3º Sábados de Novembro, dias 03 e 17, o Núcleo de Braga encontra-se em funcionamento, no infantário da Igreja Paroquial de São Lázaro, em Braga (frente ao Hospital de S. Marcos), das 9h30 às 12h00. No 1º Sábado do mês, a funcionária da Delegação de Famalicão desloca-se ao Núcleo.

Funcionamento do Núcleo de Guimarães

Todos os Sábados de Novembro, das 9h00 às 12h00.

Desporto para deficientes

O Grupo Desportivo Murtalense vai realizar o VI Encontro Desportivo de Outono para Deficientes, no Murtal, nos dias 03 e 04 de Novembro, Sábado e Domingo.

Espondilose Anquilosante

No dia 10 de Novembro, Sábado, a Associação Nacional da Espondilite Anquilosante (ANEA) vai realizar o seu XIII Encontro Nacional de Espondilíticos e seus Familiares, no Auditório Municipal de Pombal.

II Congresso sobre a Guerra Colonial

De 12 a 14 de Novembro, vai ter lugar o II Congresso sobre a Guerra Colonial, no Auditório da Câmara Municipal do Seixal, com organização da Universidade Aberta.

Aniversário do ELO

No dia 23 de Novembro, Sexta-feira, o ELO celebra o seu 27º aniversário de publicação ininterrupta, com um jantar associativo no restaurante da Delegação de Lisboa.

Reunião do Conselho Nacional

No dia 24 de Novembro, pelas 10h00, vai ter lugar o Conselho Nacional.

Novos Associados

Dando cumprimento ao estipulado no n.º 4, do Art.º 8, dos Estatutos da ADFA, publica-se a relação dos candidatos a sócios efectivos.

Alcides António Pires Meirinho	Joaquim da Costa Ribeiro
Ana Paula B. de Almeida	Jorge Filipe F. do Couto
Ana Rosa Ferreira G. Queirós	Jorge Manuel L. Dias da Costa
António Francisco Antunes	José António Filipe Quina
António Freitas Pinheiro	José de Frias e Sousa
António Gregório Simões	José Fernando Pinheiro
António José B. Abrunhosa	Carreira de Almeida
António Maria Silva dos Reis	Luis Antunes Neves
Augusto da Costa Rodrigues	Manuel A. Feio Mil-Homens
Carlos Alberto Oliveira Lobo	Manuel de Oliveira Figueiras
Carlos F. F. Garcia Pinto Silva	Manuel Domingos T. Freire
Carlos Manuel F. da Costa	Manuel Martins Sardinha
Celeste Martins Ribeiro	Maria Conceição Almeida
David Vieira Caroto	Barros Cardoso
Fernanda de Oliveira Costa	Maria de Lurdes M. da Silva
Francisco Maria Castelo	Maria Isabel Jesus Dias
Branco Potes Cordovil	Maria Otília Dias Campos
Henrique E. da Cruz Dorez	Paulo Sérgio P. Valadares
Humberto Jorge C. Arsenio	Silvana do R. Pacheco Ferreira
João Gonçalo Ventura	Virginia de Jesus Lemos
Joaquim Costa Monteiro	

ELO

PROPRIEDADE E EDIÇÃO: Associação dos Deficientes das Forças Armadas - ADFA - Pessoa Colectiva n.º 500032246 • Email: adfa@mail.telepac.pt • Internet: http://www.adfa-portugal.com
 ADFA 1600-560 LISBOA • Telefone: 21 751 2600 / 21 751 2601 / 21 751 2609 • Fax: 21 751 2610 DIRECÇÃO NACIONAL DA ADFA/ADMINISTRAÇÃO: Patuleia Mendes, Artur Vilgres, Mano Póvoas, Santa Clara Gomes, Capela Gordo, José Rosa, Orlando Correia
 DIRECTOR: José Diniz REDACÇÃO: Ratoel Vicente (editor) - C. Profissional 5583, Farinho Lopes (fotografia) - C. Profissional 6234, Maria José Almeida (secretariado) COLABORARAM NESTE NÚMERO: Abel Fortuna, Adérito Pinto, António Carreiro, Helena Afonso, Inês Castro, Jaime Ferreri, João Gonçalves, Nuno Santa Clara. CORRESPONDENTES: Abel Fortuna (Porto), Aníques Carvalho (Famalicão), Domingos Seca (Bragança), Francisco Janeiro (Lisboa), Humberto Viveiros (Açores), José Faria (Setúbal), José Garrido (Castelo Branco), João Gonçalves (Vila Verde), João Nobre (Madeira), Manuel Branco (Evora), Manuel Parracho (Coimbra), e Nicolau Rufino (Faro). ILUSTRAÇÕES: Nuno Santa Clara e Maria José Carrico CONCEPÇÃO GRÁFICA - Maquetagem: João Conceição PRE-IMPRESSÃO: Grafibarra, Artes Gráficas, Lda. Quinta da Piedade, Lt. 93-A 7º C - 2625-909 Póvoa Santa Iria - Tel./Fax: 21 956 6263 MONTAGEM: Tipografia Escola da ADFA Lg. do Outeirinho da Amendoeira, 1100-386 Lisboa - Tel. 21 882 2480. IMPRESSÃO: Imprejournal - Sociedade de Impressão, SA Av. Infante D. Henrique, 334-1990 Lisboa - Tel. 21 851 2188 GRAVAÇÃO DO ELO SONORO: Centro de Produção de Material da Segurança Social de Lisboa e Vale do Tejo. Registo da Publicação no ICS: 105068/77 Depósito Legal: 99595/96 ASSINATURA ANUAL: 1 400\$00.
 Os textos assinados não reproduzem necessariamente as posições da ADFA ou da Direcção do ELO, sendo da responsabilidade dos seus autores. Tiragem deste número 7 500 exemplares

Grande Plano

Marcados pela Guerra...



Jaime Ferreri

Em vez da sensatez que deveria aumentar com os cabelos brancos há em muitos uma revolta incontida, um desejo de bloquear as portas ao poder como se este poder tenha de assumir de imediato a responsabilidade pelos nossos próprios bloqueios.

Há quem diga ter havido uma guerra em Portugal... Ninguém acredita. O povo, aquele povo que sente na carne os bombardeamentos, que se revolta pela violação sistemática das mães, filhas e irmãs, que vê morrerem de fome as crianças, que vê voar a própria casa, um sonho de anos destruído na raiva dum instante, que se sente bicho no invasor que contra a lei e a moral se diz dono e senhor, é novo de mais neste país para se lembrar do cais de Alcântara, dos navios que partiam quantas vezes sem bilhete de regresso.

É por isso, por não ser aqui o teatro da guerra colonial, que os novos de hoje se tornam cépticos e lhes custa perceber por que razão não regulam bem esses homens que deveriam ter o siso dos avós e se manifestam grotescamente a pedir direitos e regalias várias... Querem uma reforma cedo demais, querem um tratamento distinto, um reconhecimento pedido em nome de uma pátria que já não vem na história...

A pátria dos nossos netos dilui-se em euros, em possível federação, em língua que a maioria entende e que de "esperanto" da informática se torna cada vez mais pela universalidade a destruição de Babel... A trilogia do DEUS-PÁTRIA-FAMÍLIA que nos inculcaram na escola já não justifica África, nem as consequências que dela derivaram... Estivemos lá,

combatemos, hipotecámos os talentos que a mente necessitava hoje para fazer de nós os avós da liberdade. Em vez da sensatez que deveria aumentar com os cabelos brancos há em muitos uma revolta incontida, um desejo de bloquear as portas ao poder como se este poder tenha de assumir de imediato a responsabilidade pelos nossos próprios bloqueios.

O pior é que África foi há tempo demais para quem decide e ainda foi ontem para quem sofre. Eu não peço a reforma generalizada aos cinquenta e cinco anos mas penso que essa idade seria o ideal ponto de partida para muitos a quem muito custa já suportar a própria vida. A ordem de chamada vinha sem que para tal fôssemos ouvidos, vinha pela socapa, às escondidas e envergonhada. Essa pátria de então anunciava-se

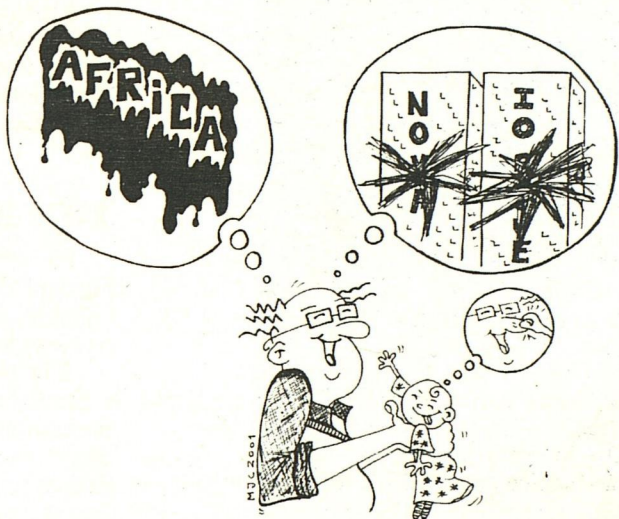
em prisões sem culpa formada, em direitos sonogados, em polícia de fidelidade sabuja. Custa-me hoje ouvir dirigentes reclamarem direitos desta injustiça africana citando essa pátria de então e considerando traidores os que um dia sonharam o fim da guerra, a liberdade para o povo e o direito de impedir a partida dos filhos para a chacina. São poucos os que se servem das maleitas da mente dos companheiros de África... Mesmo assim é preciso dizer-lhes basta, é preciso dizer-lhes que é imoral usá-los como no passado o fez o fundamentalismo político-religioso de Oliveira Salazar.

Eu fui ferido na guerra mas as mazelas do corpo não se alastraram à mente, não me deixaram à mercê dos que ontem escorraçavam quem por direitos reclamava e hoje se passam por amigos do peito. Não basta encarnar hoje o que ontem se

negou, não basta estar na oposição para sanar a recusa hipócrita do poder de ontem. Os combatentes têm direitos, há do Estado a obrigação de reparar, de apoiar, de tornar menos dolorosa a vida tocada e sem esperança de cura. Mas todos temos idade para merecermos a dignidade e o respeito fundamentados na ética e na equidade mas nunca na esperteza dum "esclarecido" dirigente ou dum político de ambições desmedidas proporcionais ao número dos que um dia cruzaram África.

Não temos um poder que nos leve pelo mundo da comunicação, nem há imagens de África como as que de Nova

Iorque correram mundo. No entanto foi bem maior o número de mortos, desfiados um a um pelas picadas de África e no correr contínuo de treze anos de lágrimas. Não havia imagens para as mães, não havia liberdade para delas sair o grito de revolta, a exigência do fim da guerra. Deixem ao menos que o sofrer dos filhos que calcorrearam os capins da mata tenha um fim de vida digno, calmo. Só assim o seu capital de experiências pode ser passado aos netos e servir-lhes de ensino para o futuro. O seu saber será o pedaço da universidade da vida que antes se passava em conversas de lareira e que hoje se afastou das famílias em detrimento das novelas da vida real ou dos sonhos de vedetas cujo esquecimento está de antemão anunciado.



Episódios

soldado já trintão, com muitos anos de HMP e ainda mais de "vida artística" e longa folha de serviços. Escusado será dizer que tinha, pela idade e veteranaria, um certo ascendente sobre os outros soldados, o que complicava as coisas.

É também necessário por-mo-nos na pele dele: anos e anos de internamentos e intervenções, uma vida destroçada, perspectivas reduzidas ou nulas. Como estranhar a revolta?

Pois em mais uma noite de serviço aparece-me a leva das baixas para operações. Conferir, distribuir os títulos de baixa, embarcar todos no velho "machibombo", direitos ao Anexo ou ao Principal, desejar boa sorte. Tudo rotina.

Mas desta vez apareceu um problema. O nosso amigo compareceu, mas o título de baixa não. Diálogo rápido.

- Não tens cá o título; não te posso mandar baixar.
- Mas tenho a operação marcada para amanhã!
- De certeza? Não está cá o papel. Vais quando tiveres a baixa.

- Meu tenente, isto está gangrenado. Se for operado amanhã, fico com o joelho. Se for para a semana, amputam-me acima do joelho...

Silêncio. Seria verdade? Seria "tanga"? O erro era do Hospital, da Secretaria ou da Companhia? E àquela hora, como esclarecer a questão? De qualquer forma, só havia duas saídas: a postura do funcionário, e não o fazer baixar; ou a atitude do militar, mandá-lo baixar e assumir a responsabilidade. Assim se fez. Preenchido o título (com algumas dificuldades quanto ao

Editorial

De volta



José Diniz

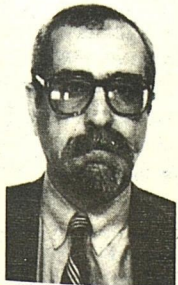
Agora que deixei de vez as minhas actividades profissionais, que foram variadas nos 36 anos de vida activa, seria chegada a altura de calçar as pantufas e gozar em reforma descansadamente ou, quanto muito, armar-me em velho caturra e, do alto do meu remanso, disparar, de vez em quando, umas "bocas" só para chatear.

Como não tenho feitiço nem para uma coisa nem para a outra, cá estou de novo ao leme desta pequena nau que é o nosso jornal ELO. Há quatro anos, quando tive de o abandonar por motivos estritamente pessoais, estava o jornal em plena fase de remodelação, cujo modelo gráfico ainda é, nas suas linhas gerais, o actual. Ao longo destes quatro anos o conteúdo do ELO teve uma evolução extraordinariamente positiva, o que se reflecte no interesse e na participação dos associados e dos órgãos directivos das Delegações. A actual equipa redactorial e ao director cessante se deve todo o mérito de terem conseguido conduzir o barco para mar calmo e em rota segura.

Ao assumir a direcção do ELO, faço-o de forma voluntariosa e com total disponibilidade para servir os ideais da ADFA e a defesa dos direitos dos deficientes militares. Estou (estamos todos) numa fase das nossas vidas em que já merecemos alguma tranquilidade. Por isso tenho confiança que as dificuldades-surgidas serão as normais da dinâmica própria de um jornal e não resultantes de areias lançadas para a engrenagem.

Uma publicação periódica está sempre em projecto, é dinamismo, é diferente de número para número, umas vezes para melhor outras para pior. Por isso é que suscita reacções e até paixões. Felizmente o ELO tem tido esse cariz e, como projecto sempre inacabado, é susceptível de mudança. Vamos mudar aquilo que julgarmos que seja para melhor, desde o conteúdo à apresentação gráfica. Vamos aceitar sugestões e ter as críticas em boa conta. Vamos procurar implementar o espírito e a letra do estatuto redactorial, constituindo, nomeadamente o Conselho de Colaboradores. Vamos procurar ouvir os associados, revelando a realidade das suas vivências, das suas angústias, das suas revoltas, das suas reabilitações, dos seus sucessos ou insucessos. Vamos procurar contribuir para que a ADFA não se transforme (ou a transformem) numa concha fechada.

Como director vou procurar nunca perder de vista que o ELO é um órgão institucional da ADFA e, como tal, deve defender, acima de tudo, os seus princípios e os seus valores, consignados nos Estatutos, princípios e os valores esses que também devem ser os de todos nós, seus associados.



Nuno Santa Clara

A Baixa

Muitos dos nossos associados passaram pelo Depósito de Indisponíveis, abreviadamente DI. Os oficiais e sargentos considerados em condições faziam serviço de escala, nomeadamente Oficial de Dia e Sargento da Guarda. As histórias à volta destes serviços são mais que muitas, e é uma delas que vou relembrar.

Além do serviço de escala, era também comandante da Companhia dos "índios", como se autodenominaram os "depositados" no Quartel da Graça. Havia de tudo, e gerir aquela casa sem qualquer enquadramento exigia uma boa dose de bom senso. E entre os meus "índios" havia um natural da Mouraria,



diagnóstico), assinado em todas as casas, lá foi o homem para o Hospital, mais os restantes.

No dia seguinte informei o médico da unidade, que me deu razão. Aliviado desse ponto, depressa esqueci o caso. Mas semanas depois, regressa o nosso homem. Vem ter comigo e diz-me:

- Obrigado pelo que fez por mim. Fiquei com o joelho. Gente crescida fala pouco. Limitei-me a dizer que tinha feito o que me pareceu certo. Mas penso que ganhámos ambos: houve um deficiente que ficou menos deficiente; e houve um tenente que deixou de ter problemas por aquele lado...

Dirigentes reúnem-se com associados

A Delegação da ADFA nos Açores organizou uma ronda pelas ilhas do arquipélago para contactar com os associados e informá-los sobre as actualidades associativas e da Delegação, em encontros efectuados entre dez e 30 de Setembro passado.

"É uma Delegação difícil de trabalhar, em virtude da dispersão das ilhas, numa área de acção que não se confina apenas ao centro administrativo desta Região Autónoma", refere a Direcção da Delegação, que salienta que "temos associados que necessitam do nosso apoio administrativo, social e associativo".

Nas reuniões a participação foi considerada boa e estiveram mesmo presentes as esposas dos associados, ultrapassando as sete dezenas o número dos envolvidos nestas reuniões.

"Destacaram-se ainda os convívios associativos onde as despesas foram suportadas pelos

associados, nomeadamente no Pico e em S Jorge, onde se verificou um grande empenho por parte dos presentes", acrescenta a Direcção de Delegação.

A revisão de processos, a substituição de cartões, as informações relativas à legislação, às obras da Delegação e sobre o Centro de Reabilitação dos Açores, ainda em fase de estudo, foram alguns dos temas em debate.

As preocupações dos associados prendem-se com a questão da aplicação do DL 134/97, com as Pensões de Preço de Sangue, com os complementos de pensão que já vigoram nos Açores, com as questões que envolvem os deficientes em serviço - descontentes por estarem vinculados ao Estatuto da Aposentação. A morosidade dos processos foi outro alvo das queixas dos presentes.

Sobre o funcionamento da Delegação, os associados concordam que a DD continue com

os actuais horários e procedimentos e foram informados de que, com as obras na Sede da Delegação, "vamos preparar apartamentos no edifício da Delegação, para acolher os associados a custo reduzido, enquanto resolvem as suas questões, deslocados das suas residências". A DD estima que "as obras tenham início em Janeiro de 2002, podendo ser encerrada a Sede da Delegação", mas assegura que "os serviços vão funcionar nesse período em instalações cedidas pelo Quartel-General da Zona Militar dos Açores".

A Sede da Delegação esteve encerrada por uns dias, mas os serviços continuaram em funcionamento nas outras ilhas todas, com a deslocação do presidente e do secretário da DD ao encontro dos associados residentes no arquipélago.

Delegação dos Açores

Actividades 2002

Já está a programar-se para 2002 e anos seguintes, com carácter de rotatividade, um convívio a ter lugar no dia dez de Junho, nas Sete Cidades, antecedido de um concurso de pesca, pela manhã, no local da Ferraria /Ginetes, onde poderá apreciar-se os famosos banhos de água quente no pequeno porto. Também está a ser planeada uma sardinhada ou churrasco para o mês de Agosto, no Pinhal da Paz/F. Cima. Para o efeito, todos os associados devem levar o seu farnel, bebidas e sobremesas.

"A fim de poder gerir o espaço e proporcionar alguns momentos de descontração, animação cultural e de lazer, é necessário que a inscrição dos interessados se efectue junto da Delegação com 30 dias de antecedência, indicando, se possível, o número exacto das pessoas que vão participar", sugere a Direcção da Delegação, que se disponibiliza a ponderar outras sugestões "que possam ser viáveis em termos logísticos ou financeiros".

RV

Delegação de Coimbra

Angariação de fundos

A campanha de angariação de fundos para as novas instalações da Delegação de Coimbra contou com as seguintes ofertas: Rui Briote, 12.000 escudos; Cipriano Sérgio, 10.000 escudos; Carlos Almeida, 1.000 escudos.

Secção de Cicloturismo

Por proposta do associado José Adelino Figueira Guerra foi criada, na Delegação de Coimbra, a Secção de Cicloturismo, que será coordenada por aquele nosso associado.

A Delegação solicita a todos os associados e familiares que queiram praticar esta modalidade desportiva que contactem a Secção, para efectuar a respectiva inscrição na Federação Portuguesa de Cicloturismo e Utilizadores de Bicicleta.

Falecimento

A Secção de Pesca da Delegação de Coimbra está mais pobre. As 11h00 do dia 20 Outubro foi recebida a triste notícia da morte do nosso pescador António Vilela Ramalho, um dos quatro finalistas à prova nacional de pesca de mar. A morte negou-lhe tal participação.

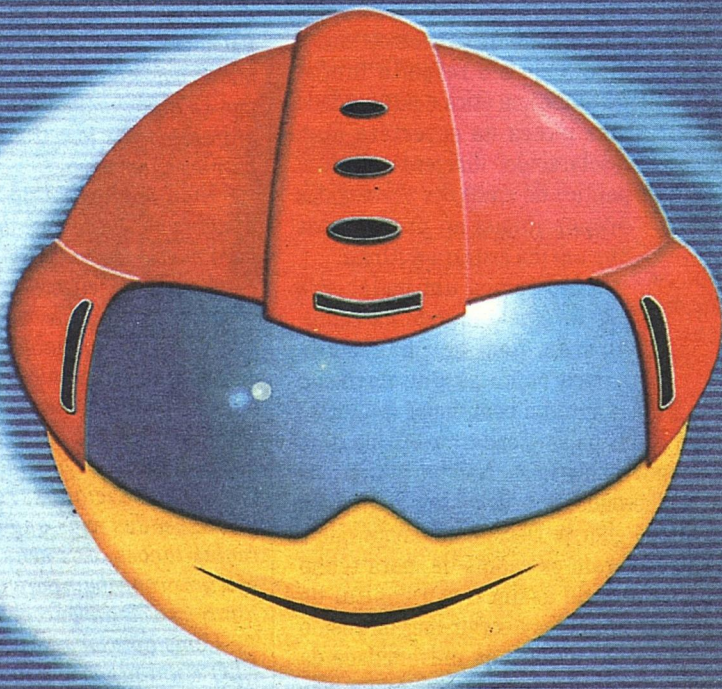
Estamos todos contigo "Vilela", descanso em paz.

A família enlutada, os Órgãos Sociais da Delegação de Coimbra apresentam os mais sentidos pésames.

Nota da Redacção: fica a saudade da alegria nas pescarias e do exemplo de disponibilidade do amigo Vilela, que a reportagem do ELO encontrou várias vezes junto da Delegação de Coimbra, sempre devotado às iniciativas da ADFA. Até sempre, amigo Vilela Ramalho.



RÁPIDO • FÁCIL • SEGURO



TOTOMIC

O NOVO SISTEMA DE APOSTAS DA SANTA CASA.

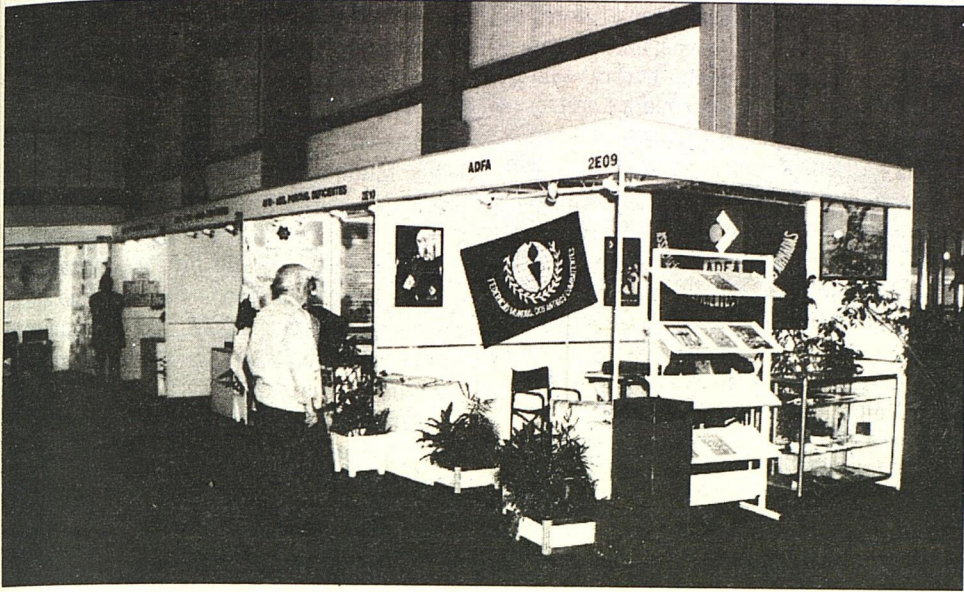


APOSTE AGORA. BANHE JÁ.

Feira de ajudas técnicas

ADFA participa na Ajutec

FARINHO LOPES



A ADFA, através da Delegação do Porto, organizou um espaço para expor material associativo na Feira Internacional de Ajudas Técnicas, Ajutec 2001, que decorreu entre 11 e 14 de Outubro.

No "stand" da ADFA estiveram patentes as publicações da Associação - a brochura do

IV Congresso e a brochura dos 25 Anos, entre outras - bem como a coleção completa das edições do ELO e cartazes da ADFA.

O número de Setembro/Outubro do ELO foi distribuído aos visitantes e foram prestados esclarecimentos sobre a ADFA e a problemática dos deficientes militares, da

Guerra Colonial e todas as questões com ela relacionadas.

A Ajutec tem sido, ao longo dos anos, um espaço de exposição/experimentação de inovações sobre ajudas técnicas para pessoas portadoras de deficiência, apesar de, como foi referido pelos associados que visitaram a feira, "ter deixado de ser um local de exposição interactiva, que leve as pessoas a experimentar os equipamentos, para melhor compreensão das suas vantagens e características".

Este ano cerca de dez mil pessoas visitaram o espaço de dez mil metros quadrados da exposição anual, sendo grande parte dos visitantes profissionais de áreas relacionadas com a saúde e reabilitação.

Durante o decorrer da feira, tiveram lugar seminários, conferências e debates sobre temas relacionados com o certame, alguns promovidos por entidades e empresas nele participantes.

Ao contrário de outras edições da Ajutec, o Centro de Reabilitação Profissional de Gaia (CRPG) não participou, notando-se a falta desta importante instituição de cuja direcção a ADFA também faz parte. •

RV

27º Aniversário da Delegação

No próximo dia sete de Dezembro completam-se 27 anos sobre a realização do Encontro de Deficientes Militares no então Regimento de Infantaria do Porto, o qual constitui a data de referência para a criação da Delegação do Porto. O programa para a comemoração desta efeméride associativa é o seguinte:

01 de Dezembro:

Almoço de aniversário com início às 12h30, no Restaurante "O Cortiço", em Sever do Vouga, destinado aos associados dos concelhos de Arouca, Vale de Cambra e Sever do Vouga.

A organização foi atribuída aos associados de Sever do Vouga, Elísio Dias (tel.: 234 561 422), Nelson Serra (tel.: 234 552 560) e Armindo Coutinho (tel.: 234 551 719).

Para efectuar inscrições telefonar depois das 20h00, até ao dia 24 de Novembro para os números acima indicados ou para os Serviços da Delegação. •

07 de Dezembro:

Sessão no Salão Nobre da Delegação, pelas 17h30, com a presença de entidades convidadas, elementos dos Órgãos Sociais e associados, para a apresentação das iniciativas desenvolvidas durante o ano e do projecto de adaptação e remodelação das actuais instalações. Seguidamente será servido um Porto de Honra e um jantar de aniversário pelas 20h00, no refeitório da Delegação.

As inscrições podem ser feitas até ao dia três de Dezembro.

08 de Dezembro:

Missa em Santa Maria da Feira, em sufrágio dos associados falecidos, em hora e local a confirmar, seguida de almoço de aniversário, em hora e local a definir, destinado aos associados dos concelhos de Santa Maria da Feira e limítrofes. A organização está a cargo dos associados António Lopes (tel.: 256 302 344), António Santos (tel.: 256 911 540) e Venâncio Santos (tm: 962687914).

15 de Dezembro:

Almoço dos associados do Núcleo do Alto Tâmega e de Vila Real.

16 de Dezembro:

Encontro de confraternização dos associados do Distrito de Viana do Castelo, com o seguinte programa: 12h00 - Missa na Capela do Senhor do Crasto; 13h00 - Almoço no restaurante do Senhor do Monte de Crasto, Deocriste, Viana do Castelo. A organização é dos associados Manuel Martins, Joaquim Gomes e Álvaro Calheiros.

Dia 22 de Dezembro:

Festa de Natal no Salão da Igreja Paroquial do Carvalhido, pelas 15h00, destinada aos filhos e netos de associados com menos de 12 anos de idade. As inscrições efectuam-se até ao dia dez de Dezembro. •

AF

Breves da Delegação

Novos números de telefone

Por força da reestruturação da rede informática e telefónica, a Delegação do Porto passou a ter novos números de telefone: geral - 22 834 7200; Serviço de Atendimento a Sócios - 22 834 7201; Serviços de Consultas Clínicas - 22 834 7202; Serviço de Bar - 22 834 7205.

Estes novos números entram em vigor a partir de um de Novembro. •

Festa de Natal para filhos e netos

A Festa de Natal da Delegação do Porto que habitualmente se destina aos filhos dos associados será, este ano, também destinada aos seus netos, indo ao encontro da vontade expressa na últimas assembleias gerais de Delegação. •

O evento terá lugar no dia 22 de Dezembro, com início às 15h00, no Salão da Igreja Paroquial do Carvalhido, local muito próximo da Delegação e que permitirá aos associados estacionar os seus carros facilmente.

Este alargamento acarreta mais encargos, razão pela qual a Direcção de Delegação decidiu organizar um sorteio para fazer face a tais gastos. Os associados que inscreverem os netos terão como condição adquirir dois bilhetes do referido sorteio, no montante de 500 escudos cada.

A festa constará de um espectáculo com palhaça, uma demonstração de Karaté e variedades. No final, serão entregues lembranças às crianças com menos de 12 anos de idade, e no refeitório da Delegação será oferecida uma merenda.

As inscrições efectuam-se obrigatoriamente até ao dia dez de Dezembro. •

Sorteio de Natal

Colabore na Festa de Natal que a Delegação do Porto vai levar a efeito, no próximo dia 22 de Dezembro. Para fazer face aos encargos com o alargamento aos netos dos associados com menos de 12 anos de idade foi organizado um sorteio.

Caro associado, não deixe de adquirir os bilhetes que estão à sua disposição no Serviço de Atendimento da Delegação. •

Ida ao teatro

A Delegação do Porto aceita reservas de bilhetes para uma ida ao teatro no dia 24 de Novembro para assistir à peça "Amadeus", levada à cena pela Seiva Troupe no Teatro do Campo Alegre. Inscrições até 15 de Novembro. •

Opinião

Ajutec - Nova dinâmica precisa-se

Em 1990, um grupo de instituições da região do Porto, de que fazia parte a Associação dos Deficientes das Forças Armadas, a quem estava entregue a coordenação desse mesmo grupo, alcançou um dos objectivos do seu plano de acção que foi o de conseguir sensibilizar a então AIP (Associação Industrial Portuense) e a Exponor para a realização da 1ª Feira Internacional de Ajudas Técnicas Novas Tecnologias - Ajutec, destinada a pessoas portadoras de deficiência.

A iniciativa, que foi recebida com entusiasmo no Norte pelo movimento associativo, teve na altura um apoio tímido e hesitante por parte do então Secretariado Nacional para Reabilitação. No entanto face ao êxito alcançado pela Ajutec na sua 1ª edição, a Exponor incluiu-a no calendário das Feiras que anualmente organiza.

As edições seguintes da Ajutec contaram ainda, com o envolvimento dos Deficientes e das suas Associações as quais realizaram eventos paralelos, nomeadamente seminários e manifestações desportivas. A este propósito recorda-se a instalação no recinto da Feira de um campo de jogos onde se efectuaram jogos de basquetebol em cadeira de rodas.

Com o decorrer dos anos a Ajutec tornou-se apenas numa mostra de produtos e serviços de empresas e instituições algumas das quais vão deixando de estar presentes face aos custos elevados de participação e ao facto, de se estar a realizar todos os anos. As feiras na Europa do género da Ajutec realizam-se em intervalos mais alargados, geralmente de dois em dois anos, pelo que não é razoável pensar que o nosso mercado tem condições para viabilizar anualmente uma feira que seja verdadeiramente importante e representativa do que em Portugal se produz na área das ajudas técnicas.

A Ajutec deveria ser um ponto de encontro de todos quantos estão envolvidos na problemática da reabilitação e da integração mas para isso suceder é necessário que o Secretariado para a Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiência seja o interlocutor junto da Exponor, reflectindo com esta e com as organizações de deficientes no sentido de lhe introduzir uma dinâmica que motive e incentive à participação. É preciso sacudir a menoridade que vai tomando conta da Ajutec e fazer dela um precioso instrumento ao serviço do desenvolvimento e da melhoria da qualidade de vida das pessoas com deficiência. •

AF



João Gonçalves

Opinião

Paz para o Mundo

Muito se tem falado sobre os efeitos da globalização e os resultados estão à vista. O Mundo não se entende, o progresso, o bem estar do cidadão incomoda, e de que maneira, os fanáticos das religiões e como se pode ver, em vez de comprarem pão, leite e um naco de carne para os filhos, compram e oferecem-lhes armas para matar o seu irmão!

Numa sociedade em franco progresso, a caminho da estabilidade mundial, eis que de um momento para o outro tudo se desvanece como que um dilúvio tivesse sido derramado pela Terra, que eu saiba, o Deus de Israel, o Deus de Abraão, o Deus de Maomé, que é o mesmo Deus, não quer, não fomenta guerras, quem fomenta as guerras são os senhores da guerra, os grupos organizados, os ditadores terroristas, que em nome de Deus tudo fazem para fazer valer a sua lei e destruir a humanidade!

Quem vive, quem acompanha a evolução das sociedades, repara que no Médio Oriente, na Facha de Gaza, nos países Árabes, em Israel, por toda a Palestina, na Galileia, as terras onde nasceu e por onde andou esse grande sábio que é Jeová, Deus todo poderoso, nesses locais nunca houve paz, a guerra tem sido o pão de cada dia, a mentalidade, a crença daquela gente é uma doença grave, que em vez de ensinar, de educar os seus filhos para a prática do bem, do desenvolvimento dos povos, contribuindo para o seu bem estar, educam-nos para pegar em armas, a serem máquinas suicidas para matar inocentes.

Não foi isso que Deus disse aos seus discípulos, não foi isso que Deus mandou divulgar através dos seus mensageiros, dos seus seguidores, o que Deus disse e mandou os seus discípulos fazer foi: «Amai-vos uns aos outros, dai as mãos em círculo de forma a que todos no mundo sejam uma família unida».

Deus de Maomé, de Abraão, de Jacob, tanto na Bíblia como no Alcorão, nas suas passagens, convida à paz, à não violência, elogia os que são pacíficos e construtores da paz, imitando Deus de Maomé, fonte da vida e da paz, nada têm a ver com "guerras santas" como fundamentalismo, que mata e destrói.

Deus, o único juiz dos vivos e dos mortos. A obra de Deus é grande, é infinita, a mensagem, se fosse seguida, seria ótimo viver, a vida seria bela, mas as forças do mal tudo destabilizam, tudo querem aniquilar em nome de Deus, que é a fonte da vida e da paz. As religiões devem deixar de gerar o ódio, conflitos racistas, devem ser fonte de vida, de justiça, de concordância, de amor, de diálogo permanente que estabeleça mais paz e mais unidade.

O progresso, os ventos de mudança, os grandes grupos económicos agora são desaconselháveis, o que ontem era bom, hoje não é favorável que se continue a fazer. A globa-

lização tremeu, parou porque um terrorista chamado Bin Laden e os seus seguidores decidiram pôr o Mundo em alvoroço, fazendo massacres, trazendo a voz da angústia, que das cinzas, dos escombros do World Trade Center se eleva.

Deus é união, concordância, amor e paz e se todos os homens se regessem pelas suas leis, o Mundo seria belo, mas as leis de Deus foram postas de lado e como se vê, os homens ditam as suas próprias leis e quem prevaricam é a essas que têm que prestar contas, enquanto seres vivos, depois da morte, no além, no eterno descanso, aí sim, será o julgamento final e aí já não haverá ameaças de guerra, mas sim a paz e o eterno descanso.

Até lá, vamos ajudar o nosso irmão para que a paz seja possível e prevaleça em todo o Universo e na Associação dos Deficientes das Forças Armadas, sempre e sempre a apologia da paz! •

Festas de Natal

Açores

A Delegação dos Açores vai realizar um convívio de Natal para todos os associados e familiares no dia nove de Dezembro, Domingo, pelas 13h00, no Salão Paroquial do Pico da Pedra, junto à Igreja.

A Direcção da Delegação apela à participação associativa e às inscrições junto da Delegação dos Açores. •



A concentração vai ter lugar na Sede da Delegação, pelas 19h00, com saída - pelas 19h30 - para restaurante a designar.

"Caro associado, comparece, vem passar uma noite de convívio com os teus companheiros", é o mote que a Delegação lança para a festa de Natal.

"Quem não se inscrever até ao dia 26, ou não efectuar o respectivo pagamento, fica impossibilitado de participar, em virtude de, com a devida antecedência, ter que se marcar no restaurante o número de participantes", alertou a Delegação. •

Coimbra

A Delegação de Coimbra vai realizar o seu almoço-convívio de Natal no próximo dia 15 de Dezembro, pelas 12h00, no "Salão Milénio", Estrada da Malaposta/Anadia para Mira.

A organização do encontro está a cargo dos associados Manuel Lucas, Manuel Seabra e José Gomes, e da ementa constam várias delícias - sopa, bacalhau à casa, leitão à Bairrada, fruta, sumos, vinhos, cafés e digestivos.

O preço por pessoa é de 5.000 escudos para adultos, para jovens dos sete aos 12, 2.500 escudos, e as crianças com menos de sete anos não pagam.

As inscrições são efectuadas por envio de cheque para ADFA, Delegação de Coimbra, até 30 de Novembro, com descontos de 500 escudos no preço dos adultos.

"Dado o compromisso com o restaurante, com aviso antecipado do número de pessoas, só serão aceites inscrições até dia sete de Dezembro", lembra a organização. •

Núcleo de Leiria

A festa de Natal do Núcleo de Leiria terá lugar no próximo dia nove de Dezembro, pelas 12h30, no restaurante "José Francisco Gonçalves de Oliveira & Filhos, Lda.", em Ponte de Cavaleiro, Cortes, Leiria, com a seguinte ementa: entradas diversas, sopa, bacalhau frito, com puré e hortaliça, lombo de porco com batatas assadas e arroz, sobremesas di-versas, bolo de convívio, vinho tinto e branco, bebidas de bar e café.

O preço por pessoa é de 4.500 escudos. •

Évora

O almoço de Natal da Delegação de Évora terá lugar no próximo dia 15 de Dezembro, Sábado, no Restaurante "Galhetas", no Bairro do Bacêlo, em Évora.

O programa do convívio é o seguinte: 12h00 - Recepção dos camaradas e familiares, na Sede da Delegação; 12h30 - Almoço; 15h00 - Distribuição de brinquedos aos filhos e netos dos associados que estiverem presentes, menores de 10 anos; 15h30 - Actuação do grupo "Cantares de Évora"; 17h00 - Lanche

O preço do almoço é de 2.500 escudos, para adultos e as crianças até aos seis anos não pagam. Dos sete aos 12 anos, o preço é de 1.500 escudos.

As inscrições devem ser feitas até ao dia cinco de Dezembro para o número de telefone 266 703473. •

Vila Nova de Famalicão

Como já é habitual, a Delegação de Famalicão realiza a sua festa de Natal dedicada aos nossos filhos e netos, no dia nove de Dezembro, Domingo, de manhã, no Salão Nobre dos Bombeiros Voluntários de Viatodos, concelho de Barcelos, com início pelas 09h30, dando cumprimento ao programa de actividades da Direcção de Delegação e descentralizando actividades.

Em breve será enviada pela Delegação uma circular para todos os associados da área com mais pormenores sobre a festa de Natal.

"Associado, quando receberes a circular responde inscrevendo os teus filhos ou netos com idade até dez anos. A festa é das nossas crianças, símbolos do amor, alegria e amizade", lembra a Direcção da Delegação de Famalicão. •

Viseu

A Delegação de Viseu está a organizar um jantar de Natal para os seus associados e familiares, "para que a confraternização seja possível neste final do ano de 2001, início de um novo século, que queremos, seja de concórdia, amor e paz!"

"O convívio e a união entre todos é importante. Inscreve-te. Traz a família, no dia 15 de Dezembro", é o apelo da Direcção da Delegação de Viseu.

No próximo número do jornal ELO, serão publicados mais pormenores. •

JORGE MENDES, IRMÃO & CA. LDA.

Atoalhados • Fazendas Brancas • Camisaria • Malhas • Roupas Interior

Fornecedores de:

Hospitais, Clínicas, Câmaras Municipais, Escolas, Hotéis, Forças Armadas, Infantários, Museus, Laboratórios, Departamentos Universitários, Etc.

Desconto 10% a todos os Associados
(excepto épocas de Saldos)

Praça do Comércio, 97-99-101-103 • 3000-116 COIMBRA

Tel.: 23 982 4284 • Fax: 23 984 1779

Participação no 78º Aniversário Nacional da Liga dos Combatentes

Protocolos



O presidente da Delegação de Famalicão no momento da sua alocução

A ADFA participou nas comemorações do 78º aniversário nacional da Liga dos Combatentes, organizado e realizado na cidade da Covilhã pelo Núcleo da mesma, com a exposição "Guerra Colonial, Uma História Por Contar", cedida pela Associação Museu da Guerra Colonial, da qual são Associados Colectivos Fundadores, a ADFA - Associação dos Deficientes das Forças Armadas, a Alfacoop - Cooperativa de Ensino, de Ruilhe, e a Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão.

"A frente do Núcleo da Liga encontra-se o seu presidente, senhor Azevedo, homem incansável, trabalhador, de uma extrema simpatia, bom anfitrião e com uma boa equipa", salientou Anquises Carvalho, presidente da Direcção da Delegação da ADFA em Famalicão.

A exposição itinerante esteve patente na Biblioteca Municipal da Covilhã de cinco a 12 de Outubro e na sua inauguração estiveram presentes o presidente do Núcleo da Liga dos

Combatentes da Covilhã, a vereadora do pelouro da Cultura da Covilhã, o 1.º secretário da DN e o presidente da Direcção da Delegação de Famalicão.

O tempo chuvoso, nada convidativo, mesmo assim permitiu que cerca de 25 a 30 pessoas estivessem na inauguração, tendo a cerimónia sido filmada e fotografada por uma equipa presente no acto.

O presidente da Delegação de Famalicão referiu que lhe foi manifestado "pelo presidente do Núcleo da Liga, o desagrado pela maneira e modo como foi tratado pelo presidente da Delegação de Castelo Branco, José Garrido, aquando do seu contacto com o mesmo, no sentido de publicitar junto dos associados da ADFA na zona da inauguração da Exposição sobre a Guerra Colonial, tendo ainda convidado o mesmo a estar presente como responsável pela Delegação da ADFA cuja área de intervenção abrange a Covilhã".

"O Garrido não só não compareceu à cerimónia, como não se fez representar, não avisou a DN e nem sequer pediu desculpas ou enviou um fax, telegrama ou simples telefonema, agradecendo o convite que lhe tinha sido endereçado, informando da sua indisponibilidade em estar presente, como parece ter sido o caso", lembrou o dirigente.

RV

Delegação promove reuniões de trabalho

Com os Órgãos Sociais Nacionais

No passado dia 13 de Outubro, a Direcção da Delegação de Famalicão reuniu-se com os representantes dos Órgãos Sociais Nacionais (de visita àquela Delegação), tendo estado presentes todos elementos da Direcção da Delegação, dois elementos da Direcção Nacional, Patuleia Mendes e Artur Vilares, e ainda, o presidente da Mesa da Assembleia Geral Nacional, Jorge Maurício, e o representante ao Conselho Nacional pela Lista Autónoma, Manuel Ferreira.

Foram abordados, analisados e discutidos diversos assuntos, de âmbito local e nacional, sendo realçado que "estas reuniões, além de darem a conhecer a realidade e problemas locais aos elementos da DN, transmitem também o contrário, ou seja, chega-nos pela boca dos nossos responsáveis, o que se passa a nível nacional, interno e externo".

Ficou também a intenção de manter estas reuniões com a maior assiduidade, em moldes a combinar", referiu a Direcção da Delegação.

Com os associados

A reunião com os associados e ex-combatentes realizou-se no mesmo dia, na Biblioteca Camilo Castelo Branco, naquela cidade.

Estava agendado o seu início para as 14h30, mas devido ao elevado e não previsto número de pessoas presentes - em número de 160, lotação total do recinto - teve de ser atrasada para as 14h50.

Os assuntos tratados prenderam-se com a

contagem de tempo de serviço para efeito de aposentação, stress pós-traumático de guerra, promoções - DL 134/97, e outros, sempre divididos por um tempo de intervenção e de discussão.

No último ponto foi principalmente focado o gravíssimo problema das Pensões de Preço de Sangue, sendo elucidados e encaminhados diversos associados e ex-combatentes, uns para a Delegação e outros para diversos serviços, a fim de serem ajudados nos seus problemas.

"Dos presentes, mais de 20 pessoas eram ex-combatentes da Guerra Colonial não associados, havendo também 15 esposas de associados, duas delas acompanhando os maridos em cadeira de rodas, paraplégicos, e as outras representando os seus maridos" destacou Anquises Carvalho.

A mesa que presidiu à reunião foi composta pelo presidente e 1º vice-presidente da DN, Patuleia Mendes e Artur Vilares, pelo presidente da MAGN, Jorge Maurício, e pelo presidente da DD de Famalicão, Anquises Carvalho.

Das conclusões da reunião a Direcção da Delegação destaca a afluência enorme, "impensável, o que muito nos agradou e motivou. Faz pensar que actualmente os nossos associados se começam a preocupar com os seus direitos, com as atitudes do governo para connosco e a nossa família, e, sobretudo, que querem participar activamente de novo. Há que aproveitar esta abertura".

Realçou-se também o "comportamento exemplar de todos os participantes, quer

associados quer ex-combatentes", a presença de elementos de todos os Órgãos Sociais da Delegação, bem como das direcções dos núcleos de Guimarães e Braga, "o que mostra o empenhamento e interesse associativo", a "experiência rica, a repetir, pois falar e ser ouvido com respeito por 160 pessoas, aliando-se o grande interesse e actualidade dos temas, à participação directa dos presentes que, levantando e pedindo esclarecimentos, disseram ter ficado elucidados", muito agradou aos dirigentes, pois "contribuímos para a clarificação, ajuda e apoio a diversas dúvidas existentes no espírito dos presentes".

A DD agradeceu a disponibilidade dos elementos vindos de Lisboa, "o sacrifício de mais um Sábado roubado às famílias, a sua capacidade de esclarecimento dos assuntos em discussão, sem esmorecer e sem deixarem dúvidas" e congratulou-se por "ver uma sala cheia, participativa, com interesse em fazer perguntas e ouvir respostas, e com a lembrança dos primeiros tempos da ADFA, em que todos compareciam e participavam".

"A Direcção desta Delegação deixa desde já a promessa solene de passar a fazer reuniões deste tipo, periódicas, talvez descentralizadas, visto que Famalicão, Guimarães, Braga e Barcelos, são centros nevralgicos da área da Delegação", assegurou Anquises Carvalho.

RV

A Delegação de Famalicão enviou ao ELO vários protocolos celebrados com empresas, que constituem diversos benefícios para os associados.

Os associados contam com estes acordos de prestação de serviços de saúde e outros, muito abrangentes, em que a Delegação de Famalicão representou a ADFA. A Delegação de Famalicão assegura nos próximos meses informações sobre outros acordos e tem ao dispor dos associados os protocolos que pretendam consultar.

Prestação de serviços de saúde I

A ADFA celebrou um protocolo com a Clipóvoa - Clínica Médica da Póvoa de Varzim, S.A., com sede em Lugar de Penouces, Beiriz, Póvoa de Varzim, para prestação de serviços de saúde aos associados.

A Clínica disponibilizará os meios humanos, materiais e organizacionais para a prestação de cuidados de saúde aos associados da ADFA, nas áreas de ambulatório, internamento e bloco operatório, existentes em todos os seus hospitais e ambulatórios, assegurando o preço da tabela de particulares em vigor, com um desconto de 10 por cento excepto nas ressonâncias magnéticas, TAC - tomografias axial computadorizada, farmácia, armazém geral, anatomia patológica ou outros exames não efectuados pela Clínica.

O desconto não é acumulado com qualquer outro, decorrente de outro sistema ou subsistema de saúde.

Os beneficiários, quando se dirigem à Clipóvoa, devem identificar-se, no acto da inscrição, com um cartão próprio e pessoal.

O acordo é válido pelo período de um ano, desde sete de Agosto passado, e renova-se automaticamente por iguais períodos se não for denunciado por qualquer das partes.

Prestação de serviços de saúde II

A Clínica Médico-cirúrgica de Santa Tecla praticará um desconto de 15 por cento sobre a tabela de preços praticada para o público em geral nos serviços de atendimento médico permanente (clínica geral), internamento (quartos, enfermarias, sala de bloco operatório, sala de partos e unidade de vigilância intensiva), medicina física e de reabilitação (tratamentos), exames auxiliares de diagnóstico, radiologia convencional, ecografia e osteodensitometria óssea.

Cuidados de saúde

A ADFA celebrou também com o Hospital da Trofa um protocolo que visa estabelecer uma parceria para a prestação de cuidados de saúde aos associados da ADFA, suas esposas, pais, filhos, genros/noras e netos, bem como aos funcionários da Associação, seus cônjuges e filhos, "em termos de relacionamento preferencial e em condições economicamente mais favoráveis", sendo prestados serviços de consulta externa, urgência, meios auxiliares de diagnóstico e terapêutica, fisioterapia, internamento e de blocos operatório e de partos.

Ao dirigir-se ao Hospital, os associados devem identificar-se, no acto de inscrição, com cartão pessoal.

O Hospital da Trofa pratica um desconto de 15 por cento sobre a sua tabela de actos base não acumulável com qualquer outro decorrente de outro sistema ou subsistema de saúde.

O acordo é válido pelo período de um ano, desde dez de Janeiro passado, e renova-se automaticamente por iguais períodos se não for denunciado por qualquer das partes, sendo também válido para a Portoclinica, subsidiária do Hospital da Trofa.

Medicina dentária

Os associados da ADFA terão um desconto de dez por cento nas consultas e tratamentos dentários e de cinco por cento em trabalhos de laboratório (ex.: próteses), no consultório do médico dentista Luís Claro, em Famalicão.

Para beneficiarem dos descontos, os associados deverão identificar-se com o cartão de associados com quotas em dia ou, na sua falta, através de credencial passada pela Delegação respectiva.

Os familiares com direito a ADM, usufruirão dos mesmos descontos, desde que se façam acompanhar do cartão de associado do titular e do seu cartão de beneficiário das ADM.

Oculista

A firma Oculista Ouroarte, de Famalicão, efectua um desconto de 15 por cento em armações, lentes e artigos de óptica.

A Optivisão - Óptica, Serviços e Investimento, S.A., com escritórios centrais em St.º António dos Cavaleiros, e estabelecimentos de óptica, optometria, contactologia em diversos pontos do país, acordou fornecer aos associados e familiares da ADFA, bem como aos seus funcionários, bens e serviços com os seguintes descontos: óculos graduados (aros e lentes), 20 por cento; lentes de contacto, 15 por cento; óculos de sol, 15 por cento; outro material óptico, 10 por cento; exames visuais, 20 por cento e prioridade na marcação; e na adaptação de lentes de contacto, oferta dos primeiros produtos de conservação, manutenção e esterilização de lentes, quando necessário.

A firma possibilita a aquisição destes produtos (e independentemente dos respectivos descontos) a crédito, em suaves prestações.

Ficam excluídos os artigos em campanha ou promoção. Os trabalhadores ou familiares apresentarão um cartão da Associação ou outro documento comprovativo do seu vínculo laboral, para obterem os benefícios referidos.

Este acordo é igualmente extensível a todas as lojas do grupo Optivisão indicadas no protocolo.

Nota importante: nos acordos com a Clipóvoa, Clínica de Santa Tecla e Hospital da Trofa é necessário Cartão de Assistência Médica próprio, que deve ser solicitado pela Sede, delegações ou núcleos à Delegação de Famalicão.

Nos acordos com o dentista, com o oculista Ouroarte e com a Optivisão, basta apresentar o cartão de associado com quotas em dia.

Convívios associativos em Setembro e Outubro

Fados e debate associativo

FARINHO LOPES



A Delegação de Lisboa tem organizado vários encontros, mensalmente, tendo decorrido os dois últimos nos dias 29 de Setembro e 26 de Outubro, no restaurante daquela Delegação.

Nas iniciativas juntaram-se mais de 200 pessoas, entre associados, familiares, funcionários e amigos, sempre com a presença dos Órgãos Sociais Nacionais e da Delegação.

No dia 26 de Outubro realizou-se a noite de fados, com a participação de artistas, alguns já conhecidos da ADFA, que a todos encantaram com a sua intervenção, acompanhados à viola por Vítor Tiago e à guitarra por Jorge Mata. A apresentação esteve a cargo do fadista Carlos Oliveira.

Francisco Janeiro, presidente da Direcção da Delegação de Lisboa, congratulou-se com a adesão conseguida nas iniciativas e garantiu a

continuidade destas actividades culturais, "que muito contribuem para a nossa vivência em Associação".

O dirigente deixou o apelo à participação na Assembleia Geral Extraordinária de Delegação, a realizar no próximo dia dez de Novembro.

No primeiro encontro, um almoço-convívio no dia 29 de Setembro, os associados aproveitaram para colocar questões de cariz legislativo e associativo, após uma breve exposição por parte dos representantes dos OSD.

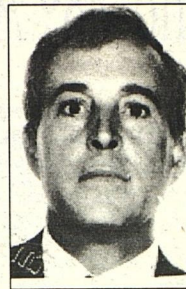
Os assuntos em apreciação foram, entre outros, a questão do DL 134/97, a situação dos associados com quotas em atraso, o trabalho que ainda falta realizar para que a relação da ADFA e da Delegação de Lisboa com os seus associados se torne cada vez mais próxima.

"É preciso que a Delegação de Lisboa se torne num "pivot" dos associados, na manifestação das suas necessidades. Há pouca militância porque há alguns "barões" - também sou um deles - pelo que se foi chegando a um círculo de participação fechado".

Foi também realçado o apreço de alguns associados pela realização de actividades deste género e a sua vontade em continuar em diálogo. •

RV

Ecos da Delegação



O que não mudou

Adérito Pinto

Muitas vezes damos por nós a interrogar-nos que diferenças substanciais há entre a ADFA de hoje e a de 1974 - Afinal há, ou não, mudanças?...

Começemos pelo que não mudou:

Não mudou a nossa consciência sobre os princípios que estão na base da nossa unidade. E, se apelarmos à nossa memória, relembramos muitos momentos altos da vida associativa, onde a unidade foi a palavra mágica para a defesa da Associação.

Não mudou a nossa consciência colectiva dos valores morais e patrióticos por nós representados, o que nos torna credores do direito de tomarmos decisões, que sejam nossas, sem que para isso tenhamos que pedir desculpa.

Como escreveu Oscar Wilde "quando encontramos uma desculpa para uma decisão que não queremos tomar, em breve encontraremos centenas de outras e continuaremos a não tomar decisões".

Não mudou o nosso "amor à camisola", apesar de em determinados momentos da vida associativa se ter pretendido "esvaziar" esse nobre sentimento.

Não mudou a nossa força em defesa, e reforço, da nossa identidade como grupo, nem a nossa capacidade de reagirmos em defesa dos nossos direitos, se porventura são postos em causa. E se para isso for necessário abre-se espaço entre nós para uma participação empenhada e organizada.

Não mudou a nossa capacidade de nos instruímos para apreendemos as mudanças dos novos tempos. Ceddo, todos percebemos que são inevitáveis ao termos consciência de que o mundo está em profunda mutação.

Não mudou a nossa alegria sempre que reencontramos antigos companheiros dos hospitais militares ainda que isso nos traga à memória recordações de momentos e dias trágicos. Em muitos de nós já é muito visível o desgaste físico provocado pela dor e pelo sofrimento.

Não mudou o nosso desejo de planearmos projectos orientadores do nosso futuro.

Não mudou a nossa admiração pelos associados que, por "amor à camisola" se candidataram aos Órgãos Sociais sem, no entanto, usarem os lugares de dirigentes para promoção pessoal ou fazerem disso uma feira de vaidades.

Não mudou o nosso direito legítimo de que o nosso "jornal ELO" passe a informar os associados com rigor e transparência, que deixe de publicar artigos que os associados não lêem, e outros, que pouco ou nada têm a ver connosco, que denunciem o que há muito deveria ter sido denunciado.

Perante isto, afinal, o que é que mudou?

Basicamente nada. Mas, se a nível do nosso comportamento, perante a Associação, estes princípios continuam vivos e fundamentais, para eleger uma ADFA forte e coesa, que razão pode existir para estarmos algemados? Não será, certamente, porque estamos mais velhos. •

Delegações e Núcleos

Festa de Natal

A Delegação de Lisboa vai realizar a sua festa de Natal no próximo dia 15 de Dezembro, pelas 12h00, com um almoço-convívio entre associados e funcionários da Delegação e da Sede Nacional. Pelas 14h30 vai ter lugar um espectáculo no salão nobre da Sede. •

Dinamização cultural no Lar Militar

O Serviço de Acção Social está a organizar, com o Departamento de Serviço Social do Lar Militar, um conjunto de visitas a locais de interesse público no âmbito cultural, destinadas aos residentes daquela instituição.

A escolha dos locais a visitar é feita de acordo com a pretensão dos destinatários, com a colaboração dos voluntários da ADFA, que exercem "um papel fundamental na

organização e implementação das diversas acções".

Foi já efectuada a primeira visita, ao Oceanário, no dia 25 de Outubro. •

Projecto de intervenção cultural

O Serviço de Acção Social (SAS) está a organizar um projecto de intervenção cultural, cujas acções incluem visitas a museus e outros locais de interesse público; deslocações a espectáculos diversificados (concertos, peças de teatro, entre outros).

Os destinatários do projecto são os associados, particularmente os grandes deficientes, e seus familiares, na área de intervenção da Delegação de Lisboa.

No âmbito da organização das actividades foram considerados a triagem dos locais a visitar pelos utentes utilizadores de cadeiras

de rodas (mediante o critério da acessibilidade). Para os associados cegos, embora possam participar em todos os eventos, ser-lhes-ão proporcionadas algumas visitas com características específicas para a sua deficiência, tendo já sido realizada, no dia 19 de Outubro, uma visita ao Museu do Chiado, à exposição de esculturas preparada para "visão táctil".

As inscrições devem ser feitas no Serviço de Acção Social. •

Magusto

No dia da Assembleia Geral Extraordinária da Delegação de Lisboa vai decorrer, imediatamente a seguir aos trabalhos, o Magusto da Delegação, com a participação de associados e funcionários. •

Noite de Fados

Casa do Povo de Aveiras de Cima

17 de Novembro de 2001, pelas 20h30

Preço p/pessoa - 2 000\$00 c/jantar ou 1 000\$00 s/jantar

Pelas 24h00 servir-se-á gratuitamente caldo verde, castanhas e água-pé.

Reservas pelos telefones 263 476 305 (Elisário Seabra) ou 965 227 569 (Joaquim Abreu)

TIPOGRAFIA ESCOLA DA ADFA

Há mais de 20 anos, a qualidade e a melhor impressão

TODO O TIPO DE ARTES GRÁFICAS

fotocomposição • offset
montagem • tipografia

Reunião Extraordinária

Conselho da Delegação de Lisboa

A situação das quotas dos associados da área de Lisboa, as reivindicações legislativas e o actual panorama associativo foram assuntos em apreço na reunião extraordinária do Conselho de Delegação de Lisboa, que constituiu um encontro bastante participado.

A reunião extraordinária de 20 de Outubro do Conselho da Delegação (CD) de Lisboa foi bastante participada, com a presença de todos os elementos dos Órgãos Sociais, bem como os representantes dos núcleos da área de Lisboa, como observadores.

Destacou-se como primeiro ponto apresentado a proposta de formalização dos núcleos de Alcobaça, Almada/Seixal, Aveiras, Barreiro, Coruche e Peniche, para que sejam efectuadas eleições para os dirigentes de cada um, sendo também apresentadas as listas que constituem as comissões instaladoras daquelas estruturas da ADFA.

De acordo com a decisão da Direcção da Delegação de Lisboa, aqueles seis núcleos são, de momento, os que reúnem condições para iniciar de imediato actividades. Foi também proposto que nos próximos 90 dias aqueles núcleos convoquem os seus associados para uma reunião plenária destinada a eleger as respectivas direcções. Eleitas as direcções, os núcleos poderão assumir o pleno direito de participar formalmente nas reuniões do CD.

A actuação da Delegação junto dos associados residentes no Lar Militar da Cruz Vermelha Portuguesa mereceu muita discussão, uma vez que os associados já sofrem com os problemas da terceira idade. "A preocupação aumenta ao constatar que

na área de Lisboa residem cerca de 300 grandes deficientes que poderão vir a precisar de apoio", foi salientado.

Foi decidido remeter à Assembleia Geral da Delegação (AGD) uma proposta a apresentar posteriormente à DN em que se defende a colocação da terceira idade como prioridade nas reivindicações da ADFA, nomeadamente a situação do Lar Militar. Foi referido que ou "o MDN reúne condições para que o Lar Militar funcione dentro dos objectivos dos deficientes militares, ou deve o Ministério disponibilizar verbas para que a ADFA crie uma estrutura própria".

Sobre a situação do pagamento de quotas em atraso de associados da Delegação de Lisboa, foram apresentadas duas propostas alternativas, no sentido de "trazer os associados ao seio da Associação". Em documento apresentado pela Mesa da Assembleia Geral da Delegação, defende-se que "é à DN que compete o poder de readmitir, ou não, os associados que assim o desejarem". Esta proposta defende que o associado que queira manter o mesmo número, "deve pagar a totalidade da importância em dívida referente às quotas em atraso, podendo optar por uma das seguintes condições: pagar de uma só vez a totalidade da dívida, beneficiando de um desconto de 25 por cento ou pagar a totalidade da dívida em 12 prestações mensais, não beneficiando

de qualquer desconto". "Caso o associado queira entrar com novo número, propõe-se em alternativa, que se candidate a uma nova admissão (readmissão) a partir da qual cumprirá as obrigações estatutárias sem ter que pagar quotas em atraso".

As propostas vão ser apresentadas à AGD, no dia dez de Novembro.

O Regulamento do Conselho da Delegação foi outro dos temas em debate, sendo o documento produzido e aprovado adaptado a partir do Regulamento do Conselho Nacional.

A Direcção da Delegação (DD) informou ainda os presentes sobre o funcionamento dos serviços, realçando o "ótimo relacionamento entre os Órgãos Sociais Nacionais e de Delegação". "É preciso humanizar a Delegação", foi um dos alertas efectuados, destacando-se que apenas falta a aprovação do orçamento da Delegação para que esta funcione em pleno e autonomamente.

A reunião terminou com a exposição da DD sobre as reivindicações legislativas, sendo considerado que esta matéria deve ser tratada pela AGD e realçando-se que "já deveria ter sido elaborado o caderno reivindicativo com base nas conclusões do IV Congresso".

Antes da ordem do dia cumpriu-se um minuto de silêncio em memória do associado Lucas Ribeiro, de Santarém, destacando-se "o seu empenho nos trabalhos para a criação do Núcleo daquela área", e sendo referido que os Órgãos da Delegação compareceram ao seu funeral, a 14 de Outubro. •

Falecimento

Foi com enorme pesar que a Delegação de Lisboa tomou conhecimento da morte do associado Lucas Narciso Ribeiro, de Santarém, no passado dia 13 de Outubro.



No funeral realizado no dia 14 de Outubro estiveram representados os Órgãos Sociais da Delegação (OSD), por Francisco Janeiro e Manuel Lopes Dias, acompanhados por Silvério Rodrigues, colaborador na área social da Delegação, com a bandeira da ADFA.

Lucas Ribeiro, associado n.º 12510, fazia parte do grupo de associados mais activos da área de Santarém, colaborando desde a primeira hora nos trabalhos de criação do Núcleo da ADFA na zona.

Os OSD manifestaram o seu pesar por esta perda, sendo cumprido um minuto de silêncio antes do início dos trabalhos do Conselho da Delegação realizado no dia 20 de Outubro.

Foi realçado o "grande empenhamento revelado pelo Lucas Ribeiro na sua ligação estreita com a ADFA". •

RV

SERVIÇOS MÉDICOS E PSICOSSOCIAIS

CLÍNICA GERAL

médico: Dr. Fernando Brito,
2ª feira - 13H00 5ª feira - 13H15

UROLOGIA

médico: Dr. Paulo Vale
5ª feira - 9H00 (quinzenal)

GASTROENTEROLOGIA

médico: Dr. Raúl Vieira dos Santos
4.ª - 9H00 (quinzenal)

FISIATRIA

médico: Dr. Barros Silva
4ª feira - 16H00

FISIOTERAPIA

técnico: Carlos Rodrigues

ANÁLISES CLÍNICAS

6ª feira - 9H00 às 10H00

ACUPUNCTURA

especialista: Cmdt Araújo de Brito
2ª, 4ª e 5ª feira das 10H30 às 13H00

MEDICINA DENTÁRIA

Dr. José Eduardo Antunes
3ª feira das 9H00 às 13H00

e das 14H00 às 18H00

Marcações: Elizabete Maria

SERVIÇO PROTÉSICO

técnico de próteses dentárias: Carlos Lopes
4ª feira - 9H00

PSICOLOGIA CLÍNICA E STRESS DE GUERRA

Drª Teresa Infante

Todos os dias

Marcações: com a própria

APOIO AOS SÓCIOS

APOIO JURÍDICO

Dra. Inês Soares Castro
2.ª a 6.ª feira das 9H00 às 13H00
Dra. Maria João Santos
2.ª, 4.ª e 6.ª feira das 9H00 às 13H00

Marcações:

Secretaria / Atendimento
(Ver Horário e Telefone)
Tel.: 21 751 26 00
(Geral)

ACÇÃO SOCIAL

TCor Silvério Rodrigues e Drª. Vera Mouta
2ª feira das 09H00 às 18H00
3ª a 6ª feira das 09H00 às 12H30

HORÁRIO

Expediente 09h00 às 18h00
Intervalo de Almoço 12h30 às 14h00
Serviço de Almoço Segunda a Sexta,
das 12h15 às 14h30
Serviço de Bar Segunda a Sexta,
das 9h00 às 18h00

ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DE DELEGAÇÃO CONVOCATÓRIA

A Mesa da Assembleia Geral da Delegação de Lisboa, ao abrigo do n.º 3 do Art.º 49 dos Estatutos, convoca todos os associados desta Delegação, para a Assembleia Geral Extraordinária, a realizar pelas 14H00, no dia 10 de Novembro de 2001, na cidade de Lisboa, no Salão da Sede da ADFA, sita na Av. Padre Cruz - Edifício ADFA - 1600-560 Lisboa, com a seguinte Ordem de Trabalhos: 1) Moção do regozijo e fixação do dia do aniversário da Delegação de Lisboa; 2) Análise da Vida Associativa da Delegação de Lisboa; funcionamento dos Serviços da Delegação; 3) Parecer e sugestões dos associados da Delegação de Lisboa sobre as reivindicações legislativas dos deficientes militares no âmbito das orientações do IV Congresso da ADFA; 4) Actuação da Delegação de Lisboa junto do Lar Militar e outros locais onde residem grandes deficientes que necessitem de apoio especial por parte da ADFA; 5) Informações gerais da Direcção da Delegação.

O presidente da Mesa da Assembleia Geral da Delegação de Lisboa
Adérito Pinto

REUNIÃO PLENÁRIA DO NÚCLEO DE ALCOBAÇA CONVOCATÓRIA

A Direcção da Delegação de Lisboa no âmbito das suas competências e de acordo com os seguintes artigos 57 e 58 dos Estatutos da ADFA, convoca todos os associados do Núcleo de Alcobaça - residentes nos Concelhos de Alcobaça, Caldas da Rainha, Nazaré, Porto de Mós e Rio Maior, par uma reunião plenária a ter lugar no dia 24 de Novembro, pelas 10horas, na sala da Assembleia Municipal de Alcobaça, com a seguinte ordem de trabalhos:

1) Eleição para a Direcção do Núcleo de Alcobaça, conforme o artigo 58º dos estatutos da ADFA.
Nota: A referida reunião plenária será seguida de almoço convivio organizado pela Comissão Instaladora, devendo os interessados inscreverem-se, pelos telefones: 262503133 (Daniel) e 262502354 (Sílvia).

O presidente da Mesa da Assembleia Geral da Delegação de Lisboa
Adérito Pinto



Comércio, Indústria e Representações, Lda.

PUNTO



- 1.2 S
- 1.2 ELX
- 1.2 16v ELX
- 1.2 16v ELX Speedgear
- 1.2 16v HLX
- SPORT
- SPORT Speedgear
- HGT
- 1.9 JTD ELX
- 1.9 JTD HLX

PALIO WEEKEND



- 75
- 75 Liberty
- 70
- 70 Liberty



- 80 16v SX
- 100 16v ELX
- 100 16v ELX C Out
- 105 JTD SX
- 105 JTD HLX

MAREA WEEKEND

CONCESSIONÁRIO FIAT

STAND - Contactos com Francisco Galhano
 Rua de Arroios, 89-A • 1169-154 LISBOA • Tel. 213 167 200 - 213 524 945 - Fax: 213 520 096
STAND
 Rua da Venezuela, 65-A/B • 1500-619 LISBOA • Tel. 217 621 060 - 217 621 065 - Fax: 217 621 069
STAND
 Rua Virgílio Correia, 17-B • 1600-219 LISBOA • Tel. 217 269 889 - Fax: 217 265 639

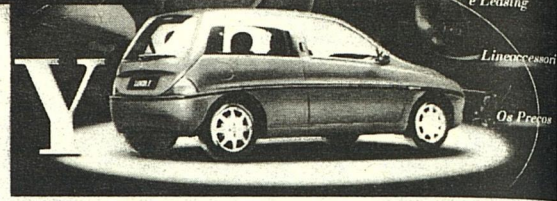
www.trevauto.pt E-mail: trevauto@mail.telepac.pt

TAMBÉM PODEM USUFRUIR DE DESCONTOS ESPECIAIS NAS MARCAS FIAT E LANCIA OS ASSOCIADOS COM GRANDE INCAPACIDADE INFERIOR A 60%, DESDE QUE JUSTIFICADA.

A ADFACAR dispõe de informações de venda de viaturas (fornecidas com ou sem isenção) acima mencionadas. Estas informações/vendas, são tratadas através de ALBERTO PINTO, nas horas de expediente, das 9h00 às 13h00 através dos telefones 21 751 2640, ou 91 726 6153. Entre as 20h00 e 22h00 pelo telefone 21 859 5016.



Comércio, Indústria e Representações, Lda.



CONCESSIONÁRIO LANCIA

STAND - Contactos com Francisco Galhano
 Rua de Arroios, 89-A • 1169-154 LISBOA • Tel. 213 167 200 - 213 524 945 - Fax: 213 520 096
STAND
 Rua da Venezuela, 65-A/B • 1500-619 LISBOA • Tel. 217 621 060 - 217 621 065 - Fax: 217 621 069
STAND
 Rua Virgílio Correia, 17-B • 1600-219 LISBOA • Tel. 217 269 889 - Fax: 217 265 639

www.trevauto.pt E-mail: trevauto@mail.telepac.pt

TAMBÉM PODEM USUFRUIR DE DESCONTOS ESPECIAIS NAS MARCAS FIAT E LANCIA OS ASSOCIADOS COM GRANDE INCAPACIDADE INFERIOR A 60%, DESDE QUE JUSTIFICADA.

A ADFACAR dispõe de informações de venda de viaturas (fornecidas com ou sem isenção) acima mencionadas. Estas informações/vendas, são tratadas através de ALBERTO PINTO, nas horas de expediente, das 9h00 às 13h00 através dos telefones 21 751 2640, ou 91 726 6153. Entre as 20h00 e 22h00 pelo telefone 21 859 5016.



EXPONOR

FEIRA INTERNACIONAL DO PORTO

Nor Médica Ajutec 2001

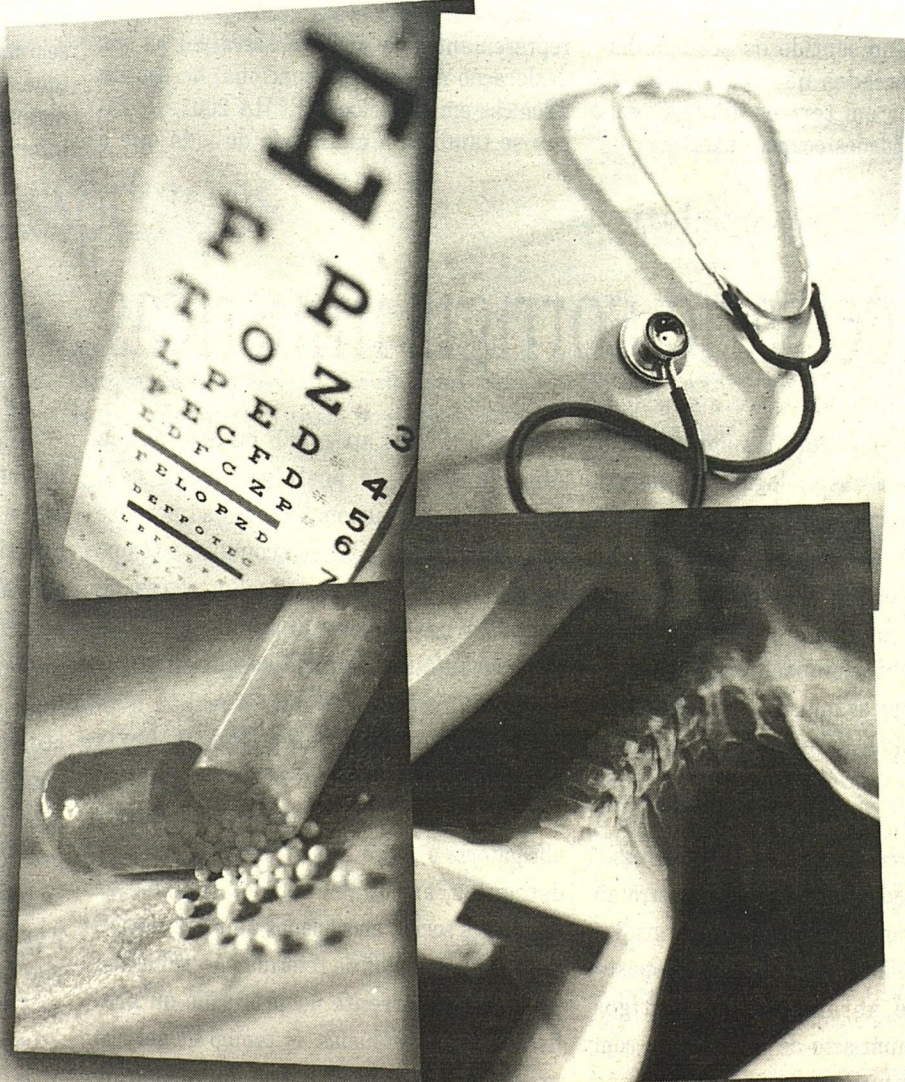
7ª Feira da Saúde

8ª Feira Internacional de Ajudas Técnicas e Novas Tecnologias para Pessoas com Deficiências

11/14 Out.



EXPONOR - Feira Internacional do Porto - 4450-617 Leça da Palmeira
 Tel.: 22 998 14 00 - Fax: 22 995 74 99 - info@exponor.pt - www.exponor.pt
 Delegação em Lisboa: Avenida da República 90, 1º fracção 3 - 1600-206 Lisboa
 Tel.: 21 761 32 60 - Fax: 21 794 11 14 - info.lisboa@exponor.pt



exponor



ADFA integra grupo de estudo



O ministro do Trabalho e Solidariedade esteve na reunião do CNRIPD

A ADFA passa a integrar um "grupo de tarefa" para avaliação e aperfeiçoamento da reabilitação e emprego, no sentido de criar normativos seguros para os próximos anos,

criado por decisão do ministro do Trabalho e Solidariedade que, com os secretários de Estado da Solidariedade e da Segurança Social e do Emprego e Formação Profissional,

esteve presente na 10ª reunião do Conselho Nacional para a Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiência (CNRIPD), que se efectuou na Sede da ADFA, em Lisboa, no dia um de Outubro. A Associação foi representada pelo presidente da DN.

O ministro Paulo Pedroso, na sequência do que propusera ao Conselho em Fevereiro deste ano, ainda como secretário de Estado do Emprego e Formação, em relação à necessidade urgente de clarificar o quadro futuro para a deficiência e o emprego, dentro das políticas em evolução para a reabilitação e inclusão, adiantou o valor dos trabalhos então solicitados e já apresentados, o que demonstrou ser necessária a criação de um grupo que, surgido do Conselho e das estruturas oficiais de reabilitação e emprego, promovesse a sua avaliação e aperfeiçoamento para a criação de normativos seguros para os próximos anos.

Para o efeito, o presidente do CNRIPD, Costa Braz, já apresentara uma proposta de criação de um "grupo de tarefa", integrando, além da ADFA, a APD, a Fenacerci e a

Formem e, por parte das estruturas oficiais de reabilitação e emprego, o Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP) e o Secretariado Nacional para a Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiência (SNRIPD).

"Não havendo oposição à constituição do grupo, o ministro aceitou a proposta, indicando que, pela sua importância, ele será presidido pelo secretário de Estado do Emprego e Formação, devendo apresentar o trabalho que está incumbido no prazo de 60 dias, a contar da formalização do grupo", refere o presidente da DN, Patuleia Mendes.

O Conselho aprovou o nome de David Martins, da APH, para seu representante na Comissão Permanente para a Revisão e Actualização da Tabela Nacional de Incapacidades por Acidentes de Trabalho e Doenças Profissionais e o representante da Formem para a Comissão de Fiscalização da Aplicação do DL 29/01, de 03FEV, relativo às quotas de emprego para cidadãos portadores de deficiência na Função Pública. •

RV

Delegação da ADFA na REHA 2001

De três a oito de Outubro uma delegação da ADFA, composta pelo 1º vice-presidente da DN, Artur Vilares, e pelos associados Manuel Lopes Dias e Armando Alves, deslocou-se a Düsseldorf e Hamburgo, Alemanha, para uma visita à feira internacional de ajudas técnicas e novas tecnologias REHA 2001. Apoiou a delegação como intérprete e dando o seu apoio nas deslocações Pedro Macedo, "sempre amigo da ADFA".

O Hospital Militar de Hamburgo também foi alvo da visita dos nossos representantes, que foram recebidos formalmente pelo seu director, sendo a delegação também obsequiada com uma recepção na casa da viúva do Dr. Moldt, médico que acompanhou bem de perto os deficientes militares portugueses. A fisioterapeuta Frauke Malthus também esteve presente e disponibilizou à ADFA muita da documentação que tem em seu poder - desenhos e esboços de experimentação de próteses, fotos e filmes efectuados nos cerca de 30 anos em que aquele Hospital recebeu os nossos associados.

A visita incluiu uma passagem pela casa de próteses, no perímetro do Hospital Militar de Hamburgo (HMH).

Foi também visitada a associação de cegos civis de Hamburgo, onde a delegação estabeleceu contactos com a sua presidente e tomou conhecimento sobre as ajudas técnicas existentes, fornecidas gratuitamente pelo Estado alemão aos portadores de deficiência visual.

No dia reservado à feira em Düsseldorf "ficámos surpreendidos com a multiplicidade das ajudas técnicas para qualquer tipo de

deficiências, desde a fase infantil até à terceira idade".

Uma das áreas em destaque dedicava-se às pessoas cegas, nomeadamente com a empresa que há vários anos fornece à ADFA material para os associados cegos, cujos custos são suportados pelo Hospital Militar Principal.

"Em matéria de ajudas técnicas, penso que estamos actualizados, através da ACAPO e da APEDV, faltando, sim, a informação necessária e existindo a eterna questão dos elevados custos dos equipamentos, nomeadamente com o material informático", refere Lopes Dias.

A Bulgária apresentou uma inovação, com uma bengala com um "chip" receptor para orientar os cegos nas suas deslocações aos edifícios públicos, onde estão, por sua vez, instalados os emissores respectivos. A surpresa surge ao constatar que este projecto já está a ser implementado naquele país.

A visita à Alemanha prolongou-se com a deslocação ao Centro de Cegos de Guerra, em Braunlage, onde os beneficiários e suas famílias podem passar períodos de férias, incluindo as viúvas de guerra, tendo todos acesso a tratamentos de fisioterapia, a sessões de ginástica correctiva e de locomoção e a uma piscina interior.

A directora daquele Centro referiu que algumas unidades similares, passados mais de 50 anos sobre a II Guerra Mundial, e com o desaparecimento dos deficientes de guerra, estão a fechar portas, sendo urgente rentabilizar as unidades existentes. As estadias são pagas a preços mais acessíveis pelos utentes. Ficou marcada a vontade de receber

os cegos de guerra portugueses, dado que têm um escalão etário mais baixo, podendo também ajudar a rentabilizar o Centro, ao mesmo tempo que se reabilitam nas suas férias. "Esta possibilidade será efectiva se a ADFA assinar um protocolo com a Associação de Cegos de Guerra alemã e obtiver a comparticipação no apoio às deslocações por parte do MDN", refere Lopes Dias.

No penúltimo dia da visita, o grupo regressou à casa de próteses do Hospital Militar de Hamburgo, conhecendo novas técnicas de adaptação de copos em silicone para próteses acima do joelho, "o que justifica plenamente a deslocação da ADFA para conhecer e divulgar novas ajudas técnicas aos deficientes militares".

Manuel Lopes Dias referiu que, "entre os

deficientes das Forças Armadas e as pessoas que os receberam, há um repositório afectivo de memórias que a ADFA não pode deixar morrer, pelo que deve reforçar os canais de deslocação à Alemanha dos deficientes militares que necessitem de tratamentos especiais e organizar visitas àquelas instalações onde algumas centenas de deficientes militares sentiram que de novo era possível viver".

Durante a estada em Hamburgo a delegação foi apoiada pela esposa de um associado residente naquela cidade, Domi Pereira, que "muito simpaticamente nos apoiou".

Realizou-se também um jantar com os deficientes das Forças Armadas residentes em Hamburgo, convidados pelo grupo que visitou a Alemanha. •

RV

27.º Aniversário do ELO

23 de Novembro de 2001

JANTAR ASSOCIATIVO

no Restaurante do Edifício ADFA

Entrada de camarão, Sopa de legumes

Bifinhos com cogumelos, batata frita, arroz e legumes

Salada de frutas e arroz doce

Café

Preço por pessoa - 2.600\$00 • Inscrições pelo telefone 21 751 26 00

Limite de 80 pessoas

MINERAIS RAROS E INTERESSANTES



NOME CIENTÍFICO:

SILICATO DE MAGNÉSIO $Hg_3Si_4O_{20}(OH)_2$

NOME VULGAR:

PÓ DE TALCO

MESMO EM PEQUENAS DOSES,
PODE PARALISAR UM PAÍS.

SA

SOLUÇÕES HORIZONTAIS

1 - Sala; ódio. 2 - Demolir. 3 - AD; Romenu; tá. 4 - Mea; rás; mar. 5 - Este; calo. 6 - Tiro; parti. 7 - Erro; sebe. 8 - Soa; Aír; sal. 9 - Mi; irmas; nó. 10 - Arrasar. 11 - Apõe; alor.

VERTICAIS

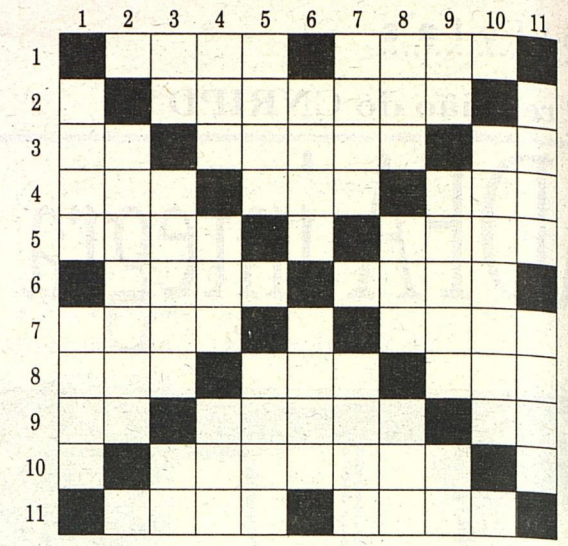
1 - Mame. 2 - Destró. 3 - AD; Aír; AP. 4 - Let; era; iró. 5 - Amor; arrel. 6 - Omar; Lima. 7 - Olés; rasa. 8 - Din; cas; sal. 9 - Ir; mares; ró. 10 - Taliban. 11 - Caro; elos.

HORIZONTAIS

1 - Divisão; rancor. 2 - Pôr em terra. 3 - Anno Domine; Nome de homem; basta!. 4 - Médias; batráquios; oceano. 5 - Oriente; silêncio; 6 - Disparo; .dei à luz 7 - Engana; divisória. 8 - Ouve-se; prefixo de companhia de aviação; tempero. 9 - Nota musical; filhas do mesmo pai; medida de velocidade. 10 - Destruir pela base. 11 - Põe por cima; força.

VERTICAIS

1 - Sogue; acaso. 2 - Arrasa. 3 - Aliança Democrática; arremessa. Armada Portuguesa. 4 - Estudiar; época; eiró. 5 - Paixão; irra!. 6 - Nome de homem; ferramenta. 7 - Vivas (esp.); baixa. 8 - Cidade do antigo Estado da Índia; cabelos brancos; graça (fig.). 9 - Partir; oportunidades (fig.); letra grega. 10 - Estudante de teologia. 11 - Querido; gavinhas.



VENDA DE AUTOMÓVEIS VENDA DE AUTOMÓVEIS VENDA DE AUTOMÓVEIS VENDA DE AUTOMÓVEIS

VOLKSWAGEN E AUDI		
MODELO	P.BASE	P.V.P.
Lupo		
1.0 Conceptline	1.581.217,00	2.233.078,00
1.0 Conceptline AC	1.850.239,00	2.547.833,00
1.2 3 litros TDI	2.147.808,00	3.049.643,00
1.4 Highline Automático	2.273.040,00	3.510.147,00
1.4 Conceptline TDI	2.104.992,00	3.374.221,00
Polo		
1.0 Conceptline 3p	1.718.643,00	2.411.416,00
1.4 Conceptline 3p	1.913.031,00	3.106.486,00
1.4 Highline 3p AC	2.215.812,00	3.460.740,00
1.4 Confortline 3p cx. Aut.	2.147.783,00	3.381.146,00
1.4 Confortline 5p cx. Aut.	2.214.098,00	3.458.734,00
1.4 TDI Confortline 3p	2.341.288,00	3.668.237,00
1.4 TDI Confortline 5p	2.407.600,00	3.745.822,00
1.4 TDI Trendline 5p	2.606.709,00	3.978.780,00
Polo Variant		
1.4 Confortline	2.152.411,00	3.386.561,00
1.9 SDI	2.380.002,00	4.612.507,00
1.9 TDI Trendline	2.953.691,00	5.288.723,00
Polo 3 Volumes		
1.4 Confortline	2.080.100,00	3.301.957,00
1.9 SDI AC	2.463.794,00	4.710.543,00
1.9 TDI Confortline AC	2.492.923,00	4.744.624,00
1.9 TDI Trendline AC	2.881.208,00	5.198.918,00
Golf		
1.4 Confortline 3p	2.313.309,00	3.592.361,00
1.4 Confortline 5p	2.378.251,00	3.668.343,00
1.4 Confortline 3p JE+AC	2.800.120,00	4.161.930,00
1.4 Confortline 5p JE+AC	2.891.623,00	4.268.989,00
1.9 TDI 90 cv 5P	2.816.950,00	5.141.286,00
1.9 TDI 90 cv 5P AC	2.995.329,00	5.349.989,00
1.9 TDI 90 cv 5p "25 Anos"	3.082.547,00	5.452.034,00
1.9 TDI 90 cv cx. Aut.	3.033.881,00	5.395.095,00
1.9 TDI "25 Anos" cx. Aut.	3.299.650,00	5.706.045,00
1.9 TDI 110 cv "25 Anos"	3.166.851,00	5.550.670,00
1.9 TDI 115 cv 6V	3.851.577,00	6.351.799,00
1.9 TDI 115 cv 4 Motion	4.116.143,00	6.661.341,00
1.9 TDI 115 cv 4 Motion Tip.	4.067.479,00	6.604.405,00
Golf Variant		
1.4 Confortline	2.713.075,00	4.060.088,00
1.9 TDI 90 cv AC	3.143.203,00	5.523.002,00
1.9 TDI 90 cv cx. Aut.	3.317.469,00	5.726.893,00
1.9 TDI 115 cv 6V	3.933.480,00	6.447.626,00
1.9 TDI 115 cv Tiptronic	4.149.213,00	6.700.033,00
Bora		
1.6 105 cv	3.199.252,00	5.023.401,00
1.9 TDI 110 cv	3.460.378,00	5.894.096,00
1.9 TDI 115 cv 6V	4.000.822,00	6.526.416,00
1.9 TDI 115 cv Tiptronic	4.211.926,00	6.773.408,00
Passat		
1.6 102 cv	3.647.061,00	5.553.648,00
1.9 TDI 100 cv	3.540.226,00	5.999.219,00
1.9 TDI 130 cv 6V	3.981.975,00	6.516.065,00
1.9 TDI Trendline 130 cv 6V	4.410.867,00	7.017.869,00
1.9 TDI Highline 130 cv 6V	4.829.825,00	7.508.049,00
1.9 TDI Trendline 130 cv Tiptr.	4.705.081,00	7.362.099,00
1.9 TDI "130 cv 6V 4M"	4.677.320,00	7.329.619,00
2.5 TDI Highline 150 cv	5.256.657,00	9.145.385,00
2.5 TDI Highline 150 cv Tiptr.	5.531.161,00	9.466.555,00

Passat Variant		
1.9 TDI 100 cv	3.777.208,00	6.276.488,00
1.9 TDI 130 cv 6V	4.219.296,00	6.793.730,00
1.9 TDI 130 cv 6V Trendline	4.647.676,00	7.294.935,00
1.9 TDI 130 cv 6V Highline	5.067.146,00	7.785.715,00
1.9 TDI 130 cv Trend.Tiptr.	4.942.230,00	7.639.563,00
Audi A2		
1.4 TDI	2.990.331,00	4.430.542,00
Audi A3		
1.6 3P	3.666.741,00	5.550.049,00
1.9 TDI Att. 3P	3.940.888,00	6.441.668,00
1.9 TDI Att. 5P	4.465.165,00	7.055.072,00
Audi A4		
1.9 TDI 130 cv	4.674.038,00	7.267.864,00
2.5 TDI V6 Quattro	6.034.178,00	10.028.759,00
Audi A4 Avant		
1.9 TDI Att. 115 cv	4.850.746,00	7.506.202,00
2.5 TDI Att. 150 cv	5.638.625,00	9.565.962,00
Audi A6		
1.9 TDI 110 cv	5.856.445,00	8.624.950,00
1.9 TDI 110 cv TA	6.044.479,00	8.844.950,00
2.5 TDI 150 cv	7.216.986,00	11.323.837,00
2.5 TDI Tiptronic 180 cv	7.828.407,00	12.039.200,00
Audi A6 e Avant		
2.5 TDI 150 cv	7.216.974,00	11.412.631,00
2.5 TDI 180 cv Tiptronic	7.828.394,00	12.127.992,00
2.5 TDI 150 cv Avant	7.399.654,00	11.626.366,00
2.5 TDI 180 cv Avant Tiptr.	8.012.916,00	12.343.883,00
FIAT		
MODELO	P.BASE	P.V.P.
Seicento		
Seicento S	0.987.877,00	1.575.000,00
Seicento Sport	1.295.569,00	1.935.000,00
Seicento Elettra	3.880.342,00	4.590.000,00
Punto		
1.2 3p	1.362.033,00	2.120.000,00
1.2 ELX 5p	1.571.435,00	2.365.001,00
1.2 ELX 16v 5p	1.682.546,00	2.495.000,00
1.2 ELX 16v Speedgear	1.862.033,00	2.705.000,00
1.2 Sport 3p	1.981.691,00	2.845.000,00
1.9 JTD ELX 5p	1.725.807,00	3.805.000,00
1.9 JTD HLP 3p	1.883.926,00	3.989.999,00
Palio		
Weekend 75	1.964.597,00	2.825.000,00
Weekend 70 TD	1.902.792,00	3.610.000,00
Bravo		
80 16v SX	2.101.349,00	2.985.000,00
100 16v Sport	2.239.074,00	3.810.000,00
1.9 JTD Sport	2.503.585,00	4.715.001,00
Brava		
80 16v SX	2.101.349,00	2.985.000,00
105 JTD Stile	2.503.585,00	4.715.001,00
Multipia		
100 16v ELX	2.892.920,00	4.574.999,00
1.9 JTD ELX	3.054.867,00	5.360.000,00

Marea e Marea Weekend		
100 16v SX	2.221.980,00	3.790.000,00
1.9 JTD ELX	2.700.166,00	4.945.000,00
1.9 JTD Weekend	2.640.337,00	4.875.000,00
1.9 JTD HIX Weekend	3.046.320,00	5.350.000,00
LANCIA		
MODELO	P.BASE	P.V.P.
Y 1.1 Elefantino Blue	1.494.318,00	2.167.536,00
Y 1.2 cx. Autom. LS	1.962.473,00	2.822.515,00
Y 1.2 16V LS	1.688.968,00	2.502.514,00
Libra 1.6	3.230.356,00	4.969.800,00
Libra 1.9 JTD LX	3.291.619,00	5.637.000,00
Libra 2.4 JTD LX	3.864.128,00	7.211.500,00
Libra SW 1.6	3.461.125,00	5.239.404,00
Libra SW 1.9 JTD LX	3.864.268,00	6.307.000,00
Libra SW 2.4 JTD LX	4.094.897,00	7.481.499,00
Lancia K 2.0	4.348.971,00	7.041.000,00
Lancia K 2.4 JTD LS	5.239.000,00	8.820.100,00
Lancia K SW 2.4 JTD	5.487.718,00	9.111.100,00
RENAULT		
MODELO	P.BASE	P.V.P.
Twingo		
Expression 1.2	1.427.807,00	2.140.080,00
Privilege 1.2	1.513.277,00	2.240.080,00
Clio		
RN 1.2 3p	1.591.910,00	2.332.080,00
SI 1.4 3p	1.829.864,00	2.958.080,00
RN 1.2 5p	1.656.867,00	2.408.080,00
RXE 1.4 5p	1.915.334,00	3.058.080,00
RN 1.9 D 5p	1.587.681,00	3.771.080,00
RXE 1.9 DTI	1.799.647,00	3.833.080,00
Megane		
Expression 1.4 5p	2.530.267,00	3.783.080,00
Dynamique 1.6 cx. Aut.	2.933.270,00	4.649.080,00
Expression 1.9 DCI	2.688.084,00	4.878.080,00
Privilege 1.9 DCI	2.863.298,00	5.083.080,00
Megane/ Break		
Expression 1.4 16v	2.615.737,00	3.883.080,00
Dynamique 1.6 cx. Aut.	3.018.740,00	4.749.080,00
Expression 1.9 DCI	2.773.554,00	4.978.080,00
Privilege 1.9 DCI	2.948.768,00	5.183.080,00
Megane Classic		
Expression 1.4	2.573.002,00	3.833.080,00
Expression 1.9 DCI	2.730.819,00	4.928.080,00
Privilege 1.9 DCI	2.906.033,00	5.133.080,00
Megane Societ		
Autentique 1.9 D	2.171.613,00	3.194.080,00
Autentique 1.9 DCI	2.513.493,00	3.549.080,00
Megane Scenic		
RTE 1.4	2.486.677,00	3.732.080,00
RXE 1.9 DTI AC	3.029.110,00	5.277.080,00
RXE 1.9 DCI AC	3.063.298,00	5.317.080,00
RXT 1.9 DTI AC	3.200.050,00	5.477.080,00
Laguna		
Expression 1.6	3.086.261,00	4.828.080,00
Dynamique 1.9 DCI	3.658.170,00	6.013.080,00
Privilege 1.9 DCI	3.829.110,00	6.213.080,00

Laguna Break		
Expression 1.9 DCI	3.611.161,00	5.958.080,00
Dynamique 1.9 DCI	3.854.751,00	6.243.080,00
Kangoo		
1.2	1.794.291,00	2.578.080,00
RTE 1.9 DTI	2.084.934,00	4.176.080,00
Kangoo Expresso		
FGTE RL 1.9 D 55	1.749.843,00	2.124.080,00
FGTE RL 1.9 6 Volumes	2.107.963,00	2.543.080,00
OPEL		
MODELO	P.BASE	P.V.P.
Agila		
1.0 5p	1.281.529,00	1.859.985,00
1.2 Elegance 5p	1.558.450,00	2.365.450,00
Corsa		
1.0 3p	1.597.311,00	2.229.450,00
1.0 5p	1.657.140,00	2.299.450,00
1.7 DT 3p	1.821.389,00	3.541.450,00
1.7 DT 5p	1.881.218,00	3.611.450,00
1.7 DT Confort 5 p	2.022.244,00	3.776.450,00
1.2 Confort 5p	1.771.787,00	2.614.450,00
Astra		
Club 1.4 4p	2.431.031,00	3.691.449,00
Club 1.7 DTI 4p	2.597.458,00	4.449.450,00
Club 2.0 DTI 4p	2.575.201,00	5.009.450,00
Club 2.0 DTI 5p	2.541.013,00	4.969.450,00
Elegance 2.0 DTI 5p	2.857.252,00	5.339.449,00
Sport 2.0 DTI 3p	2.763.235,00	5.229.450,00
Club 2.0 DT cx. Aut.	2.645.287,00	5.091.450,00
Club 2.0 DT Cx. Aut. 5p	2.611.099,00	5.051.450,00
Astra Caravan		
Club 1.4	2.499.408,00	3.771.451,00
Club 1.7 DTI	2.665.834,00	4.529.450,00
Club 2.0 DTI	2.643.577,00	5.089.450,00
Elegance 2.0 DTI	2.959.817,00	5.459.450,00
Club 2.0 DTI Cx. Aut.	2.713.663,00	5.171.450,00
Astra Coupé		
1.8 XE	3.271.284,00	5.446.449,00
2.0 190 cv	3.994.270,00	6.675.450,00
Vectra		
1.6 4p Confort	3.145.234,00	4.923.450,00
2.0 DTI 4p Confort	3.188.876,00	5.727.450,00
2.0 DTI 5p Caravan	3.334.176,00	5.897.451,00
2.0 DTI Elegance	3.445.287,00	6.027.450

II Congresso Internacional sobre a Guerra Colonial

A Universidade Aberta, através do professor Rui Azevedo Teixeira, informou o ELO sobre a realização do II Congresso Internacional sobre a Guerra Colonial, de 12 a 14 de Novembro, no Fórum Cultural do Seixal.

Este Congresso, cujas áreas privilegiadas são a História, os Testemunhos, a Música, o Cinema, o Teatro e a Literatura, vai contar com inúmeras comunicações ao longo dos três dias de duração.

No dia 12 os trabalhos abrem pelas 10h00 e repartem-se por três sessões de trabalho (Painéis A, B e C), rematados por períodos de debate. A encerrar esta primeira jornada terá lugar, pelas 18h45 um ciclo de cinema/documentário sobre a temática "A Guerra Colonial e o Cinema - Da Costa à Contracosta".

No dia 13 as comunicações repartir-se-ão igualmente por três painéis. No final do dia terá lugar outro ciclo de cinema/documentário e, pelas 22h00, os congressistas terão oportu-

nidade de assistir à peça de teatro "Pensão de Sangue", de Alfredo Brito, de que fazemos referência na página dois deste número.

O último dia conta com dois painéis de comunicações e debates, culminando os trabalhos com novo ciclo de cinema/documentário.

A Sessão de Encerramento será presidida pelo pró-reitor, professor doutor Hermano Carmo. •

RV

Núcleo de Leiria

Reunião de associados

No dia 10 de Novembro de 2001, pelas 15 horas, o Núcleo de Leiria efectua uma reunião plenária de associados, no Edifício da Cruz Vermelha de Leiria, Rua Tenente Valadim, 2410-190 Leiria, que terminará com um lanche-convívio, cuja ementa será diversa (febras, pão, morcela, vinho e castanhas).

O Núcleo apela aos associados para que tragam a sua família ao convívio, "para que a festa seja ainda mais completa".

"A vida do Núcleo de Leiria tem sido, durante este último ano, de actividade, de implantação, reconhecimento e estabilização", considera a Direcção do Núcleo, que sublinha que, "sem sombra de dúvidas que esta fase tem tido as suas dificuldades, mas efectuando uma retrospectiva, podemos dizer que os objectivos traçados foram atingidos, não obstante, infelizmente, não ter sido possível realizar alguns por dependência de terceiros", referem ainda os dirigentes.

"Porque acreditamos que o novo ano será de mais um passo positivo e que para a sua realização o teu envolvimento é importante", o Núcleo solicita a presença dos associados para análise e discussão da seguinte ordem de trabalhos: 1) Apresentação das contas do Núcleo referente ao ano de 2001; 2) Análise das actividades do ano de 2001; 3) Propostas e sugestões para a actividade no ano de 2002; 4) Apresentação do Projecto "Todo Terreno" e 5) Almoço de Natal 2001. •

RV

Ciclismo

À espera de patrocinador



A equipa de ciclismo da ADFa, só no passado mês de Outubro, fez-se representar mais quatro vezes em provas de cicloturismo que faziam parte do calendário da respectiva Federação, as quais ocorreram nos dias cinco, em Grândola, sete, em Lisboa, 14 em Sobrede Caparica e 21, em Valejas.

Só com a boa vontade da Delegação de Lisboa foi possível a ADFa estar representada nestas quatro localidades, dando a ver aos espectadores que ainda existimos. Nos tempos que correm é o que se pode fazer perante a magreza do orçamento da Secção de Ciclismo. Se não conseguirmos um patrocinador disposto a contribuir, colocando a sua publicidade nas camisolas, maior será a crise para a época de 2002.

Está de parabéns a Delegação de Évora, pela iniciativa que está a organizar na modalidade de ciclismo, especialmente em bicicleta todo o terreno (BTT).

Para 20 de Abril de 2002 já está programada uma prova que conta para a Taça de Portugal de Orientação em BTT, em Reguengos de Monsaraz, na qual a ADFa é a entidade organizadora, através da Delegação de Évora. •

Farinho Lopes

Évora

Delegação organiza passeio a Alqueva



O grupo visitou a nova Aldeia da Luz

A Delegação da ADFa em Évora organizou um passeio com visita guiada à Barragem de Alqueva e à nova Aldeia da Luz, no dia 26 de Outubro, com a participação de associados e seus familiares.

O evento, que faz parte do conjunto de actividades programadas pela Delegação para este ano, contou com a participação de 32 pessoas, apesar do grande número de inscrições que não foram aceites em virtude do limite de participantes a cada visita.

O grupo dirigiu-se a Alqueva num autocarro cedido pela Câmara Municipal de Évora, e logo de manhã participou numa sessão de esclarecimento sobre os pormenores que constituem a obra considerada por todos como "grandiosa e imponente".

Na sessão de apresentação a assistência pôde ver informações e imagens das várias fases dos trabalhos de construção, mostrando os nossos associados muito interesse nas questões que rodeiam o tema, uma vez que residem perto e que ficaram a conhecer os benefícios que aquela estrutura hídrica vai trazer.

A albufeira formada pela barragem vai ter 250 quilómetros quadrados de área, um dos

maiores lagos artificiais da Europa, com um comprimento total de 83 quilómetros.

A altura máxima da barragem é de 96 metros, inundando a actual Aldeia da Luz, cujos habitantes vão ser realojados na nova

aldeia, construída de propósito para o efeito, onde não foram esquecidos os pormenores como as relações de vizinhança, o tamanho das habitações, as estruturas comunitárias, e as comodidades a que todos vão ter direito nas suas novas casas.

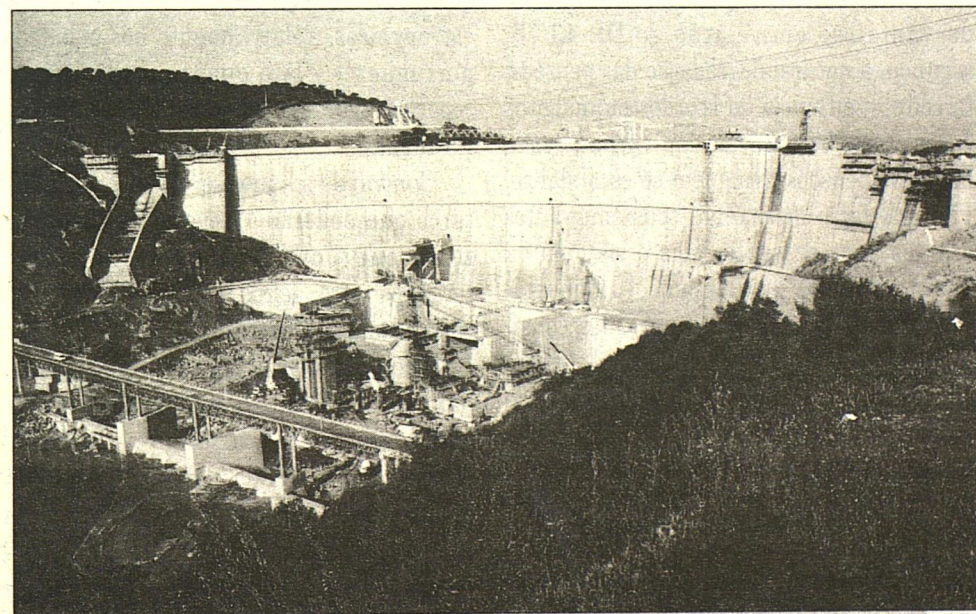
O grupo habitacional da nova Aldeia da Luz compõe-se por 210 habitações, 16 equipamentos desportivos, 11 casas comerciais, 75 casões ("garagens") e 95 arrecadações ("armazéns").

A barragem começa a encher já em Janeiro de 2002, dependendo da pluviosidade a velocidade a que a barragem vai ficar totalmente cheia.

Depois da visita a Alqueva e à nova Aldeia da Luz realizou-se um almoço-convívio, onde se elogiou a iniciativa da Delegação de Évora pois, "passeando também se aprende" e esta viagem foi considerada uma excelente oportunidade para conhecer o que de mais moderno se faz no país.

A despedida fez-se na Sede da Delegação de Évora, com encontro marcado para a festa de Natal dos associados daquela região. •

RV



A Barragem de Alqueva

jam

equipamentos e serviços para veículos especiais (soc. unip.), lda

todo o tipo de transformações em viaturas e ajudas técnicas para pessoas com deficiência

zona industrial dos padrões - 3740 sever do vouga - portugal
telefone: 23 459 8161 * fax: 23 459 8162 * e-mail: jamacedo@mail.telepac.pt

Saab 900 C 2.0
Caixa Automática c/Tecto de abrir, Ar Condicionado, ABS,
2 portas - Côr preta
GPL de Injecção

Preço - 2.300 cts.
Tel.: 918 110 139

O Tribunal dá-nos razão

Muitos têm sido os recursos que os advogados da ADFA têm ganho nos tribunais, sobre as mais diversas matérias.

Dadas as insistências que têm existido sobre a vantagem da publicação destas decisões, aqui damos conta dos casos que se nos afiguram importantes.

Recentemente, o Tribunal Administrativo do Círculo de Coimbra tomou a decisão que se resume:

O recorrente sofreu uma emboscada de que resultaram vários traumatismos, ao saltar da viatura e no combate.

A Junta julgou-o incapaz de todo o serviço militar, com 90% de incapacidade, por sequelas de lesão vascular congénita cerebral e depressão ansiosa.

A CPIP/DSS admitiu que a desvalorização parcial de 20%, por depressão ansiosa neurótica tem relação com o serviço militar "em campanha".

Não foi qualificado DFA, por não atingir o grau de 30%.

A Junta da Caixa considerou que as malformações cerebrais e sequelas das

mesmas não constituem patologia possível a ser considerada como adquirida em serviço.

Requerida nova junta, esta considerou que as lesões não resultaram de doença ocorrida no exercício das suas funções.

"E, na verdade, na esteira do alegado pelo recorrente entendemos, também, que o acto recorrido que manteve a anterior decisão da Junta Médica, apenas se pronunciou pela inexistência denexo causal entre as lesões apresentadas e o facto de as mesmas não terem resultado de doença ocorrida no exercício das suas funções e por motivo do seu desempenho, mas omitiu uma outra questão que o recorrente suscita e que se crê ser perspectivada de forma diferente, qual seja a de saber se, pese

embora, esta falta de nexode causalidade, poderá ter havido eventual agravamento (pelo serviço prestado) das lesões congénitas, assim como, omitiram a análise da relação (existente ou não), entre a depressão ansiosa neurótica e a prestação do serviço de campanha, designadamente, saber se a referida depressão foi ou não adquirida em serviço de campanha, bem como, explicar se se trata de consequências ao nível da manifestação comportamental das lesões cerebrais..."

In casu, verifica-se uma omissão, mais propriamente um falta de fundamentação, face ao requerido pelo recorrente ao abrigo do direito de audiência prévia (...).

Também, não cremos que a interpretação feita pelo recorrido (CGA) do DL n.º 463/88 de 15-12, seja a mais correcta (...).

Deste modo, verificando a existência do vício de forma, por falta de fundamentação, dispensámo-nos de conhecer do outro vício suscitado, devendo a Junta Médica pronunciar-se sobre as questões ora omitidas..." •

RV

Comentário

A NACIONALIDADE

Uma das questões surgidas à volta dos DFA de origem africana é a da nacionalidade. Isto porque a lei é muito clara: o DL 43/76 dizia logo no art.º 1.º que "o Estado reconhece o direito à reparação que assiste aos cidadãos portugueses..." e o DL 319/84 (conhecido pelo decreto dos milícias) diz também no seu art.º 1.º "aos cidadãos portugueses que como elementos pertencentes a corporações de segurança e similares ou como civis...". Dado que as Forças Armadas eram compostas exclusivamente por cidadãos portugueses, princípio que se mantém na actual Constituição e Lei do Serviço Militar, pareceria uma questão pacífica - e foi-o até à independência das ex-colónias. Mas, se atendermos às datas dos dois DL acima referidos, foram ambos publicados depois da independência...

Transparece um distanciamento entre o legislador e a realidade. À partida a questão parecia simples: quem quer ser cidadão português vem, quem não quer fica. Mas no terreno não era tão simples. Primeiro, ficar como português imediatamente após a independência era condenar-se, no mínimo, ao ostracismo; partir pressupunha meios para o fazer, e também a rotura completa com as suas raízes familiares e culturais. E Portugal não era, nessa época, o El Dorado da imigração... E, sobretudo, a esmagadora maioria, perdida nas suas aldeias ou jazendo num hospital, não teve pura e simplesmente hipótese de escolha.

Ficaram, portanto, como cidadãos dos novos países. Houve preocupação, na

altura, em garantir as responsabilidades do Estado Português para com os seus ex-servidores, incluindo os militares, tendo sido assinados acordos no sentido de serem pagas as pensões. Ocorreram entretanto três factos: primeiro, o regime em que ficavam os deficientes militares era muito desvantajoso em relação ao DL 43/76; segundo, a natural degradação das pensões; terceiro, a ausência de acordos ou, nalguns casos, a redistribuição das verbas destinadas às pensões. Ninguém se escandalizou: Portugal fez o mesmo aos seus emigrantes até aos anos sessenta, pois o sistema da época impunha que as pensões honestamente ganhas no estrangeiro, mas consideradas excessivas a nível nacional, fossem reduzidas, revertendo a diferença para o Estado...

Aos deficientes africanos não restava outra saída que não fosse recuperar a cidadania portuguesa, para depois requerer a qualificação como DFA ou se habilitar ao regime do DL 319/84. Coisa simples, pura aplicação da lei. Mas aqui a burocracia impera: processos extraviados, diligências redundantes, meses ou anos de espera... Não vale a pena recapitular esta "via sacra".

Para evitar o desenraizamento deste pessoal, a separação das famílias e a sua permanência por longos períodos sem condições mínimas de sobrevivência, que não há retroactividade que pague, foi invocada a remoção da obrigação da cidadania para a qualificação como DFA ou equiparado. A questão subiu até ao Tribunal Constitucional, por requerimento do

Provedor de Justiça, fundamentando-se em que, não sendo a qualificação como DFA um direito político nem correspondendo ao exercício de funções públicas, a obrigação da nacionalidade portuguesa deveria ser considerada inconstitucional, por ir contra o princípio da equiparação dos direitos dos estrangeiros relativamente aos cidadãos portugueses - isto quanto ao direito de reparação por serviços prestados ao Estado Português.

Contrapõe-se que, sendo os DFA militares que poderão - nalguns casos quase terão que - optar pelo serviço activo, teríamos estrangeiros nas Forças Armadas, contrariando a Constituição e a LSM.

Não obstante, o Tribunal Constitucional, por seu Acórdão de 9 de Outubro de 2001, decidiu declarar a inconstitucionalidade das normas dos DL 43/76 e 319/84 quanto à exigência de cidadania portuguesa para a qualificação como DFA para os residentes, com salvaguarda no provimento de funções públicas; quanto ao serviço militar, a decisão do tribunal é omissa, mas pressupõe-se englobado no provimento de funções públicas.

É uma vitória da ADFA, que se bateu por esta solução.

Numa opinião puramente pessoal, se na actual situação há um ganho, na ausência de acordos ou sua denúncia por alteração de situação, a cidadania portuguesa pode funcionar como salvaguarda de direitos. Mas, indubitavelmente, o leque de opções duplicou. •

Nuno Santa Clara

A advogada responde

Honras fúnebres

"O meu marido ex-soldado, é DFA com 50% de incapacidade por lhe ter sido extraído o pulmão direito quando, integrado na sua companhia foi atingido por uma bala nas costas, no decurso de uma emboscada do inimigo, em 1970, na zona de Negaje, em Angola.

Ultimamente o seu estado de saúde piorou muito e temo que ele não tenha muitos mais anos para viver. Ouvi dizer que os DFA têm direito a honras fúnebres do mesmo modo que os militares no activo e gostaria que me esclarecessem acerca desse assunto".

Até 1997, e uma vez que o Regulamento de Continências e Honras Militares, apenas prevê, no seu artigo 136.º, n.º 1 e 2, a prestação de honras fúnebres a militares falecidos na efectividade de serviço, ou a militares do quadro permanente na situação de reserva, não prestando serviço, e reformados, os DFA que não se enquadrassem nas situações acima descritas não tinham direito a honras fúnebres.

Em 07 de Fevereiro de 1997, por despacho conjunto do Chefe de Estado Maior General das Forças Armadas, e dos Chefes dos Estados Maiores dos três ramos das Forças Armadas, publicado no DR, IIª Série, de 04 de Março de 1997, foi determinado alargar o quadro de honras fúnebres a todos os cidadãos que, na defesa dos valores e interesses da comunidade, se deficientaram ao serviço das Forças Armadas.

O alargamento do quadro de honras fúnebres teve por objectivo contemplar as especiais ligações sentimentais e afectivas dos DFA à instituição militar, derivadas da sua condição de deficientes militares.

Deste modo, aos DFA falecidos, poderão ser prestadas honras fúnebres verificadas as condições seguintes: serem as honras formalmente solicitadas pelos herdeiros do DFA falecido ou pela Associação dos Deficientes das Forças Armadas e haver decisão favorável do CEM do ramo respectivo.

É igualmente necessário que o falecido não tenha deixado disposição escrita manifestando vontade de dispensar as referidas honras.

As honras fúnebres a prestar serão as correspondentes ao posto que o DFA possuía à data do falecimento, consignado no respectivo cartão de DFA.

Tratando-se de um soldado, terá, nomeadamente, direito a uma guarda de honra constituída por uma secção à entrada do cemitério que efectuará três descargas.

As honras fúnebres serão prestadas por forças do ramo a que o militar pertencia e regular-se-ão pelo disposto no Decreto-Lei n.º 331/80, de 28 de Agosto de 1980, no seu capítulo IX. •

Inês Soares de Castro

DIÁRIO DA REPÚBLICA

por Helena Afonso

Tribunal Constitucional

Embora não se trate de legislação publicada no Diário da República, parece-nos de todo oportuno dar conhecimento do Acórdão nº 423/2001, de 9 de Outubro, do Tribunal Constitucional, proferido no processo nº 774/99, relativamente à inconstitucionalidade suscitada pelo Provedor de Justiça quanto ao nº 1, do artigo 1º, do Decreto-Lei 43/76, de 20 de Janeiro e artigo 1º, do Decreto-Lei 319/84, de 1 de Outubro, no que se refere à questão da nacionalidade.

Deste acórdão, que ainda não foi publicado no Diário da República, transcrevem-se algumas partes que se consideram mais relevantes, já que o mesmo é extenso, constituindo trinta e uma folhas.

O Provedor de Justiça suscitou a declaração de inconstitucionalidade, com força obrigatória geral, das normas constantes do nº 1, do art.º 1º do DL 43/76, de 20JAN e do art.º 1º, do DL 319/84, de 01OUT, «na parte em que reservam a nacionais portuguesas a qualificação como deficientes das Forças Armadas ou equiparado», por violação dos art.ºs 13º e 15º da Constituição da República Portuguesa (CRP), com os seguintes fundamentos, entre outros:

«- no caso em apreço, está em causa a atribuição de um determinado estatuto [de deficiente das Forças Armadas], consistindo num conjunto de posições jurídicas de natureza assistencial, entre os quais avulta o pagamento de determinada pensão - trata-se da reparação por parte do Estado das consequências de lesões irreversíveis que alguns cidadãos portugueses, que o eram então todos, sofreram ao seu serviço, em situação de risco extremo como é a guerra;

- em face da natureza do estatuto de deficiente das Forças Armadas, a diferenciação de tratamento entre nacionais portuguesas e os não-nacionais prevista nas normas "sub judicio" configura uma diferenciação discriminatória por restringir com base na cidadania o acesso à reparação dos danos sofridos ao serviço do Estado português;

- deste modo, verifica-se uma violação do princípio da igualdade, que não pode ser justificada pela exigência da manutenção da nacionalidade portuguesa: a manutenção da nacionalidade não é um critério material suficiente e idóneo para, no quadro das valorações constitucionais, definir quem tem ou não direito ao tipo de reparação atribuído pelo estatuto de deficiente das Forças Armadas;

- qualquer invocação da ideia de Pátria como tentativa de explicação da restrição a cidadãos nacionais da reparação da deficiência como consequência do cumprimento do serviço militar, este sim limitado a cidadãos nacionais, claudica quando pretende grosseiramente ignorar que o facto justificativo da reparação não é a prestação de qualquer serviço posterior ao facto originador da deficiência mas sim este mesmo facto - ora, durante as campanhas do ultramar todos os militares eram cidadãos portugueses e nessa qualidade lhes foi pedido pelo Estado português o seu contributo para o esforço de guerra;

- para mais, na larga maioria se não na totalidade dos casos, a perda de nacionalidade portuguesa ocorreu "ope legis" e não "ope voluntatis", em virtude da independência das ex-colónias e em aplicação do regime do Decreto-Lei nº 308-A/75, de 24 de Junho;»

O órgão autor da norma, o Primeiro-Ministro, respondeu, sucintamente, que as normas invocadas não ferem os princípios constantes dos art.ºs 13º e 15º da CRP.

Da fundamentação do Tribunal Constitucional:

- quanto à inconstitucionalidade do nº 1, do art.º 1º, do DL 43/76, de 20JAN

«... não se pode deixar de considerar que, tendo em conta as condições em que se tornaram deficientes numa época em que possuíam a nacionalidade portuguesa e as circunstâncias em que perderam essa mesma nacionalidade, a discriminação dos estrangeiros residentes em Portugal operada pelo artigo 1º do Decreto-Lei nº 43/76, na medida em que reserva a cidadãos portugueses o gozo dos direitos a que se referem os artigos 4º, 5º, 9º, 10º, 11º, 12º, 13º, 14º (salvo no que se refere à preferência no provimento em funções públicas que não tenham carácter predominantemente técnico), 15º e 16º do mesmo diploma, se tem de considerar como colidente com o princípio de justiça inerente a um Estado de direito democrático, não justificada nem pela necessidade nem pela adequação e, consequentemente, como arbitraria e desproporcionada, importando violação do princípio da equiparação constante do artigo 15º, nº 1, da Constituição.»

- quanto à inconstitucionalidade do art.º 1º do DL 319/84, de 01OUT

«...a discriminação dos estrangeiros residentes em Portugal operada pelo artigo 1º do Decreto-Lei nº 319/84, na medida em que reserva a cidadãos portugueses o gozo dos direitos nele previstos (salvo no que se refere à preferência no provimento em funções públicas que não tenham carácter predominantemente técnico resultante da remissão para o artigo 14º do Decreto-Lei nº 43/76), tem de considerar-se igualmente como colidente com o princípio de justiça inerente a um Estado de direito democrático, compreendido, no caso, como igualdade essencial de tratamento assistencial de quem serviu numa situação de confrontação armada o Estado Português e, consequentemente, como arbitraria e desproporcionada, importando violação do princípio de equiparação constante do artigo 15º, nº 1, da Constituição.»

Da decisão:

«O Tribunal Constitucional decide:

a) Declarar, com força obrigatória geral, a inconstitucionalidade de norma constante do artigo 1º, nº 1, do Decreto-Lei nº 43/76, de 20 de Janeiro, na medida em que reserva a cidadãos portugueses, excluindo cidadãos estrangeiros residentes, o gozo dos direitos a que se referem os artigos 4º, 5º, 9º, 10º, 11º, 12º, 13º, 14º (salvo no que se refere à preferência no provimento em funções públicas que não tenham carácter predominantemente técnico), 15º e 16º do mesmo diploma, por violação do princípio constante do artigo 15º, nº 1, da Constituição;

b) Declarar, com força obrigatória geral, a inconstitucionalidade da norma constante do artigo 1º do Decreto-Lei nº 319/84, de 1 de Outubro, na medida em que reserva a cidadãos portugueses, excluindo cidadãos estrangeiros residentes, o gozo dos direitos nele previstos (salvo no que se refere à preferência no provimento em funções públicas que não tenham carácter predominantemente técnico resultante da remissão para o artigo 14º do Decreto-Lei nº 43/76), por violação do princípio constante do artigo 15º, nº 1, da Constituição;

c) Limitar os efeitos da inconstitucionalidade, de modo a que estes apenas se produzam a partir da publicação oficial do acórdão.»

Diploma do Mês



Departamento de Apoio aos Antigos Combatentes

Despacho 19 822/2001, de 20 de Setembro - Ministério da Defesa Nacional - Gabinete do Ministro

«O apoio aos antigos combatentes é um dever nacional, expressão do reconhecimento e gratidão do Estado Português pelo esforço daqueles cidadãos que pegaram em armas, dispostos ao sacrifício da própria vida, para a defesa do nome de Portugal além-fronteiras.

Nestes termos, determino o seguinte:

1 - É desde já designado o subdirector-geral da Direcção-Geral de Pessoal e Recrutamento Militar (DGPRM), Dr. Jorge Barra, como o órgão do Ministério da Defesa Nacional responsável pela instalação do Departamento de Apoio aos Antigos Combatentes (DAAC) e pelo planeamento e execução da política de apoio aos antigos combatentes.

2 - São atribuídas ao subdirector-geral da DGPRM as seguintes funções:

- Preparar a instalação do DAAC;
- Propor as linhas directrizes da política de apoio aos antigos combatentes, seus dependentes ou herdeiros, em especial aos que se deficientaram ou incapacitaram por motivo do serviço militar em teatro de guerra;
- Estudar a propor a concretização das medidas de política de apoio aos antigos combatentes, numa perspectiva integrada, por forma a dar resposta aos problemas de recuperação, reintegração, reeducação, formação profissional, emprego, alojamento, saúde, e atribuição e pagamento de pensão, quando a esta haja direito;
- Efectuar a avaliação permanente das medidas que forem adoptadas no âmbito da política de apoio aos antigos combatentes;
- Apoiar e acompanhar as solicitações formuladas aos diversos organismos públicos pelos antigos combatentes;
- Divulgar junto dos antigos combatentes as diversas medidas de apoio de que estes podem beneficiar, nomeadamente através da publicação de brochuras explicativas das mesmas ou da Internet;
- Manter actualizadas as estatísticas relativas aos diversos grupos de antigos combatentes, por forma que se possa dispor de dados para exacta avaliação dos custos de cada uma das medidas de apoio que forem consagradas;
- Articular a sua acção com os demais serviços e organismos públicos e privados vocacionados para a reabilitação de deficientes;
- Apoiar o associativismo de antigos combatentes, nomeadamente dos deficientes, preparando e acompanhando a execução de protocolos de cooperação a celebrar com as respectivas associações;
- Efectuar e manter actualizado o levantamento de toda a legislação directa ou indirectamente aplicável aos antigos combatentes;
- Estudar, propor e acompanhar a adopção de medidas destinadas a perpetuar a memória dos antigos combatentes;
- Diligenciar no sentido de ser implementado um sistema de atendimento permanente gratuito para prestação de informação e apoio aos antigos combatentes, seus dependentes ou herdeiros;

n) Ser ouvido sobre todos os assuntos respeitantes aos antigos combatentes;

o) Realizar quaisquer outros estudos que superiormente lhe sejam determinados sobre as matérias relacionadas com os antigos combatentes.

3 - O subdirector-geral da DGPRM será coadjuvado, no exercício das suas funções, por pessoal técnico e administrativo pertencente à DGPRM, o qual será designado por despacho do respectivo director-geral.

4 - Os estudos tendentes à regulamentação da Lei Orgânica do Ministério da Defesa Nacional devem prever a criação de um DAAC, a inserir organicamente na DGPRM.

5 - É criado, na dependência directa do Ministro da Defesa Nacional, o Conselho Consultivo dos Antigos Combatentes (CCAC).

6 - Compete ao CCAC:

- Emitir pareceres que lhe sejam solicitados pelo Ministro da Defesa Nacional ou pelo director do DAAC;
- Elaborar estudos e propor as medidas de política de apoio aos antigos combatentes;
- Pronunciar-se sobre as iniciativas legislativas respeitantes aos antigos combatentes;
- Apreciar os assuntos que lhe sejam submetidos por qualquer dos seus membros e deliberar a sua inclusão na agenda dos trabalhos;
- Convocar técnicos ou peritos sempre que tal se justifique em razão da especificidade das matérias a tratar.

7 - O CCAC é composto por um presidente e seis vogais, nomeados pelo Ministro da Defesa Nacional de entre personalidades civis ou militares, ex-combatentes ou membros de associações legalmente constituídas que tenham por objecto o apoio a ex-combatentes.

8 - O CCAC aprova o seu regimento, o qual é homologado pelo Ministro da Defesa Nacional.»

Escrevam sempre. Exponham os vossos pontos de vista, as vossas críticas, os vossos problemas, os vossos anseios, de forma objectiva, isenta e sem considerações ofensivas, mas forcem-se por ser breves. O ELO agradece a vossa colaboração e poderá, deste modo, dar a palavra a maior número de associados.

Dada a extensão de algumas cartas, vemos-nos obrigados a publicar apenas o essencial das mesmas, considerando sempre a data de chegada desses textos à Redacção.

Decreto Lei 134/97

A Publicação do nosso Projecto de Lei no "ELO"

Como já é do conhecimento de todos, o Grupo de Acompanhamento Legislativo para os DFA (GAL), eleito e aprovado numa reunião onde estiveram presentes mais de 100 associados, desde logo se opôs, frontalmente, ao Projecto de Lei n.º 329/VIII, da autoria do Grupo Parlamentar do PSD. Cuja finalidade era alterar o artigo 1º do DL n.º 134/97, de 31 de Maio, por este documento jurídico não ser nem adequado nem idóneo ao conter desigualdades constitucionais intoleráveis.

Na verdade, o referido Projecto de Lei continuava a sofrer dos mesmos defeitos, como a discriminação e violação do princípio da igualdade, ao ignorar, quase por completo, os DFA oriundos da classe de praças, ao não lhes atribuir os mesmos direitos que aos restantes.

Por essa razão, e por iniciativa do GAL, foi elaborado um outro Projecto de Lei onde, como é justo, se estabelece para os DFA/praças o mesmo princípio que é proposto para os restantes postos - promoção dentro da sua classe.

Esse Projecto de Lei foi apresentado à

Direcção Nacional (DN) que por sua vez o colocou à discussão dos representantes das Delegações da associação, tendo o mesmo sido aprovado.

Foi este Projecto de Lei que, por sugestão do Grupo em apreço, foi publicado no "ELO" em nome da transparência associativa e para que todos os associados estejam devidamente informados.

Por sua vez, a DN assumiu este Projecto como um compromisso da ADFA e nesse sentido deve pugnar junto da Assembleia da República para que o mesmo seja aprovado em plenário de acordo como foi apresentado pela Associação.

A Direcção Nacional tem o total apoio de todos aqueles que se consideram injustiçados e discriminados pelo DL n.º 134/97. E foi com muita satisfação que todos nós vimos o mencionado Projecto ser publicado e publicitado no "ELO".

Para nós o estabelecido nos n.º 1 e n.º 2 do artigo 1º, do nosso Projecto, não pode nem deve ser objecto de troca ou de qualquer alteração, a menos que seja para condições mais favoráveis,

por parte de quem tem legitimidade para o aprovar como Lei, isto é, da aprovação na íntegra do nosso Projecto de Lei será reposta a justiça tão grosseiramente violada pelo DL n.º 134/97, ao excluir dos seus normativos uma grande fatia de DFA, o que se tornou intolerável num Estado de Direito Democrático.

Por outro lado, ao ser aprovado o nosso Projecto, tal como o apresentamos, todos nós avaliaremos se há, ou não, boa fé da parte do Estado para conosco que para o bem ou para o mal assumimos, e não desertámos, estar de corpo inteiro na defesa da Pátria, tal como nos foi pedido por esse mesmo Estado.

Quanto ao ofício da DN que acompanhava o Projecto em epígrafe, como associados, sugerimos à Direcção Nacional que no futuro, e em matéria de reivindicações, sejam os ofícios mais incisivos e expressos na linguagem própria que sempre caracterizou a ADFA.

De facto, e no que respeita a reivindicações, a razão sempre está do nosso lado. Isso dá-nos condições para expormos as nossas certezas no que se torna justo reivindicarmos.

É que, estando em causa a denúncia de injustiças, torna-se imperativo que a verdade seja dita, que não se usem rodeios nem palavras mansas. Não deixar que sejamos nós os espectadores da nossa própria história. É isso que os associados, no mínimo, esperam das Direcções da ADFA, sempre que seja imperativo fazê-lo.

A isso, dá-se o nome de cultura da exigência. Para lá do que acabámos de expor, também se torna importante que todos os associados se revejam nas estratégias e actividades apontadas pelo nosso último Congresso que, sendo executadas, será a forma inteligente de não ignorarmos o nosso futuro. •

O Grupo de Acompanhamento Legislativo para os DFA
José Moreira, Fernando Carvalho, Isaac Rodrigues, José Salazar, António Barroso, Francisco Janeiro

Serviço ou Campanha, eis a questão!

Esta carta é dedicada a todos os deficientes militares, especialmente àqueles que tendo adquirido as suas deficiências na guerra ou em preparação para a mesma e que, passados todos estes anos, ainda lutam para que lhes seja feita justiça.

Eles são os filhos da Nação, que às suas terras foram tirados e, porque não puderam dizer não, para a guerra foram enviados; e quando lá longe chegámos constatámos que o sol esquentava mais, e que na luta que iríamos travar não podia haver gemidos nem ais, porque lutávamos, feriamos-nos e morriamos, com o pensamento nos nossos pais; ora se prá guerra nós partíamos e sendo na guerra que nos ferimos, não sabemos o motivo porque nos dizem que nós não existimos.

Uma vez que tendo nós na guerra lutado com tanta abnegação, por que motivo a Pátria nos trata com discriminação tendo nós na guerra combatido, todos pelo mesmo ideal, porque razão afinal não nos concedem tratamento igual?

Porque, quando combatíamos em África, diziam-nos que era pela razão, mas quando nos deficientámos disseram-nos que foi pela Nação. Então como se explica que no meio desta confusão, uns são filhos desta Pátria e outros desta Pátria não o são?!

Depois de tanto lutarmos, não acham que é urgente, passados todos estes anos, termos direito ao reconhecimento?

Tantos anos é demais, é tempo que faz preguiça, estarão à espera que morramos para então nos fazer justiça? Porque quando nós falecermos não queremos homenagens, exigimos

sim, que nos façam justiça, enquanto neste mundo vivermos.

Espero como homem e associado desta grande família que é a ADFA, continuar a dar a cara pelos valores em que eu acredito e que são, a justiça, a igualdade, a verdade e a solidariedade entre nós, porque foi na base de alguns destes valores que muitos de nós sobrevivemos àquela maldita guerra. Pelo que faço votos para que esta carta, pelo menos, sirva para unir toda a família ADFA e, especialmente, todos aqueles que ao longo destes anos têm vivido injustiçados e discriminados nas suas condições de deficientes de guerra e não em serviço como alguém neste caso em concreto, o MDN, o tem querido fazer crer, contribuindo com essa medida para o arrastar deste grave problema que tanto nos tem afligido.

Termino esta carta com votos de que seja publicada e lanço o meu habitual grito de revolta com a seguinte frase: "As feridas da Guerra Colonial ainda sangram! E não as querer deixar cicatrizar, mas pior do que tudo isto; É-nos quererem fazer crer que ela não existiu!" •

Daniel Folha

"Deficientes em serviço... mais uma vez esquecidos"

"Pior cego é aquele que vê e não quer ver"

De facto alguém parece não querer ver a injustiça que existe na classificação dos deficientes das Forças Armadas, ao serem considerados uns em "serviço" e outros em "campanha".

Uma vista, uma perna, um braço, será que não têm o mesmo valor só porque foram lesados em situações diferentes?

Provem-me a mim, e aos milhares de defi-

cientes em "serviço" se a dor sentida não é a mesma, tanto no momento do acontecimento, como os traumas que ficam ao longo do tempo.

Como é possível que, passados quase 30 anos após o 25 Abril de 1974, ainda não foi feita justiça aos deficientes militares que alguém considerou em "serviço"?!
Pouca sorte a desses militares...

Enquanto os deficientes em "campanha", infelizmente tiveram um azar, os deficientes considerados em "serviço" tiveram dois.

No último jornal "ELO", o Sr. Presidente da Direcção da ADFA diz que os associados da área de Lisboa se encontram desmotivados.

Pois não Sr. Presidente...
De certeza que a maioria são associados com deficiências consideradas em "serviço".

Trinta anos sem ser feita justiça, é muito Sr. Presidente!!!

Ainda para mais, vemos a Direcção da ADFA fazer propostas só para os deficientes considerados em "campanha", esquecendo-se daqueles que foram considerados em "serviço" (estou a referir-me ao Decreto das Promoções).

Será que um deficiente em "serviço", se não tivesse ficado deficiente e optasse por seguir a carreira militar, não teria direito a promoções???

Apelo para que seja dado todo o apoio à Direcção da ADFA, mas por favor não se esqueçam dos deficientes militares considerados em "serviço".

Utilizei as palavras em "campanha" e "serviço", só para melhor compreensão, porque para mim não há deficientes militares considerados em "campanha" ou "serviço", mas sim Deficientes Militares. •

João Chelo Gonçalves

Associados falecidos

Aos familiares e amigos dos associados falecidos apresentamos as nossas mais sentidas condolências

Francisco Martins Órfão

Associado n.º 855
60 anos
Faleceu no dia
23/10/01



Este associado residia em Leiria e era um elemento muito activo do Núcleo desta cidade, a cuja direcção pertencia, constituindo a sua morte uma grande perda para a ADFA.

Manuel Pestana Godinho

Associado n.º 4888
55 anos
Faleceu no dia
30/09/01



Residia em Alcantarilha, Silves. Deixa viúva Maria de Lurdes Godinho. Serviu em Angola, na Base Aérea N.º 9.

MOTIVAÇÃO CLÍNICA: Mens Sana in Corpore Sano

"Distinguido com os PRÉMIOS:
1.º Nacional - Lider do Bom Serviço
(Lisboa 2000)
2.º Internacional - Estrela de Ouro Internacional & Qualidade
(Geneve 2000)



Clínica de LINDA-A-VELHA (Filial N.º 1)
Av. Carolina Michaëlis, 30 R/C B & C - 2795-049 LINDA-A-VELHA
Telefones: 964 649 795
Linda-a-Velha: 21-4146990 - Algés: 21-4114666
Castelo Branco: 272-321129 - Lagos: 282-764189
Pinhal Novo: 21-2381694

OBJECTIVO:

Promover Qualidade no Mundo Lusófono (fala portuguesa)

GRUPO
CEO'S (OPCEM)

Olimpicoallmentação, Olimpicovida
Olimpicoalínicas, Olimpicoente, Olimpicoaturlismo

DIR. Serviço Mensal
New CEO'S



Clinicas Médicas "Amatus Lusitanus", Lda.

Com cerca de 20 anos de "reconhecidos bons serviços" (vidé 2 Prémios) visando:

- A - Apolar
- A ALTA COMPETIÇÃO, O ALTO RENDIMENTO E AS "PERFORMANCES" em prol do Portugal Histórico, Europeu e Internacionalista.
- B - E revelar-se, na prática, através do sistema de Assistência Médica e Para-Médica, por um Serviço Médico Permanente (SMP) e um Serviço de Urgências Dentárias (UD)... em actualização contínua... e mais importante ainda:
 - 1 - sob o regime da disponibilidade, "todos os dias úteis", Sábados, Domingos e Feriados.
 - 2 - ao nível dos Cuidados Primários, Privados de Saúde.
 - 3 - em termos de Direitos (e mais ainda dos Deveres) Humanos, sob os auspícios do lema bíblico "Quem mais é, mais deve a Deus"
 - 4 - com Acordos com todas as Entidades viáveis.
 - 5 - e sob o Lema Lionístico de Servir e não Servir-se.

C - NOTAS IMPORTANTES:

- 1.º Viabiliza-se através desta postura e da integração no conjunto de mais 4 Empresas, constituindo o designado Grupo CEO'S, ou seja: Clínicas Médicas "Amatus Lusitanus", Lda., Afrodentomed, Lda., Sporqualvida, Lda., Euro-Medioriente Lusitano, Lda. e Luso 5 A's, Lda. (Holding)
- 2.º Damos apoio diferenciado a:
 - Crianças com saúde problemática
 - Atletas ou entidades de "alta competição" de responsabilidade
 - Idosos e sobretudo deficientes das Forças Armadas.

Achegas e desabafos

Ao fim de vinte e sete anos de Associado e Dirigente, qualidade da qual não posso nem quero dissociar-me, (sou um dos muitos voluntários por amor à camisola da ADFA), com participação plena, efectiva e interveniente, venho finalmente remeter-vos as linhas que se seguem, as quais espero ver publicadas no próximo ELO.

Para ser sincero e coerente, até hoje e na qualidade de elemento pertencente aos Órgãos Sociais da Delegação de Famalicão, só subscrevi para publicação juntamente com outros, dois ou três artigos, os quais pelo seu conteúdo, frontalidade e veracidade, nos foi pedido para evitarmos a sua publicação, pois foram julgados "fortes" demais, visto chamarem o nome às "coisas" e por isso, não convenientes para serem publicados e lidos posteriormente por estranhos à ADFA, ou seja, não Associados.

Confesso que "isso" me desmotivou, assim como confesso com toda a frontalidade que o nosso Jornal, o nosso ELO (de união?), às vezes parece mais "um muro das lamentações", passe com o devido respeito a comparação, que um jornal aberto e directo, quer junto ao Associado quer a terceiros, inserindo artigos e notícias com conteúdo e interesse, e não como já aconteceu várias vezes, carregado de artigos de interesse puramente particular e interesseiro.

Para quem minimamente me conhece e lida comigo há pelo menos vinte e sete anos, sabe que não viro a cara à luta, que sou frontal, talvez demasiado, que chamo os "bois" pelo nome, como costuma dizer-se cá no Norte, sem rodeios e sem medo, assumindo todos os meus actos, mas faço-o no sítio que considero mais apropriado, ou seja, Órgãos Nacionais ou Locais. Nunca lavo roupa suja fora do sítio onde deve ser lavada nem interfiro ou deixo de interfiro, se me for permitido e possível, que outros tendem lavar a roupa suja que lhes não pertence.

Sou amigo do meu amigo, sou amigo de todos os Associados da ADFA, fora das reuniões.

Durante as mesmas, dentro das salas (locais) respectivos onde se desenrola a discussão da sua ordem de trabalhos, posso e sou muitas vezes, um inimigo do meu amigo, isto no bom sentido da palavra, ou seja, não sou nenhum "carneiro", não fico calado acenando com a cabeça a tudo e a todos, procuro sempre emitir opinião, raramente me abstendo. Em suma, sou participativo, combativo, não pactuante.

Sou também, é bom que o diga e assumo, bastante nervoso, o que me não impede de pedir desculpa se porventura tiver algum tipo de atitude que fira a idoneidade ou honestidade de algum Camarada.

O título que me veio à cabeça "Desabafos e Achegas", tem a ver com alguns artigos e notas informativas que li no ELO de Set./Out., o último a chegar às nossas mãos.

"O Desespero mora nesta casa"

O tempo urge!!!
É difícil estar calado muito tempo quando os cortes aos direitos dos DFA adquiridos através do DL 43/76 são feitos todos os dias a toda a hora e a cada momento!

"Malvada tesoura que tão afiada estás e só sabes cortar para baixo!!"

Depois de ter participado activamente em reuniões de sócios, no jornal ELO, protesto no IASFA, programa de fados na Sede Nacional, no aniversário da ADFA em Viseu e também ter tido algumas conversas com membros da Direcção Nacional e outros de si próximos aos quais avancei algumas opiniões quando a mim pertinentes:

1º A feitura de um programa radiofónico.

2º A formação de um grupo de trabalho vocacionado para trabalhar com os DFA e candidatos a sê-lo residentes no estrangeiro.

3º A formação de um grupo de trabalho para recolher os nomes de cidades, vilas, aldeias e outros onde existam avenidas, ruas, praças e outros com o nome da nossa associação.

Depois de ter participado em tudo isto e com tão pouco tempo de sócio, resolvi parar uns tempos. Para que os camaradas da ADFA não vissem em mim a intenção de monopolizar e promover um certo protagonismo.

Lamento voltar à "carga"! Mas quem cala consente! Senão vejamos!

As Associações Nacionais dos Oficiais, Sargentos e ASMIR quando na reunião efectuada no

Desabafos

1 - AJUTEC 2001: Pergunto: Sendo uma feira Internacional de ajudas técnicas e novas tecnologias para Deficientes, porque razão o nosso CRPG se não fez representar? Se a memória me não falha, já não o faz há três/quatro anos.

Será por desinteresse pelo Tema? Será por ser no Porto e não em Moçambique, Angola, Paris ou Londres? Será por falta de verba para esse fim? Qual a posição da ADFA sobre esta não comparação? Que transmitiu o nosso representante no CRPG à Direcção Nacional? Qual a razão de termos posto à pressa na Exponor um pequeno espaço que nada tinha a ver com o tema, que pouco ou nada dizia, e que nem divulgação interna teve?

2 - Que pensar, depois de ler a coluna do meu amigo e camarada António Carreiro no editorial do Jornal, com título "Consciência tranquila"?

Sim, que pensar, pois a determinado passo, é salientado "que a encadernação dos próximos cinquenta números do ELO se encontra parada por não terem sido guardados exemplares para o efeito".

Na minha opinião de Associado e Dirigente, este parágrafo do Editorial, transmite aos Associados, assinantes e leitores, uma enorme desorganização, desleixo, incúria, e sobretudo, uma enorme irresponsabilidade do Todo, agravada com a sua divulgação para o exterior da Associação.

Eu tinha vergonha de o dizer.

Há que procurar o responsável ou responsáveis, divulgando o nome ou nomes, para que possamos saber quem ou quantos foram, analisar o processo no Conselho Nacional e apresentá-lo à próxima Assembleia Geral Nacional para decidir qual a "pena" a aplicar.

Relembro aos mais esquecidos, que já quando saiu a quinta e última encadernação do ELO, faltaram quatro ou cinco exemplares.

Fui eu, o único a levantar esse problema num Conselho Nacional, tendo-me na altura dirigido ao Director do Jornal, presente como Conselheiro ou Membro da Mesa, lamentando veementemente esse facto, culpando-o a Ele visto ser o responsável máximo, e propondo a publicação de um anúncio no ELO, no sentido de ver se algum Associado ou Delegação tinha em seu poder os números em falta, permitindo assim pelo menos fotocopiá-los completando a colecção.

Até hoje nada foi feito.

Achegas

1 - Ao meu camarada e amigo Maia, quando no último parágrafo do seu artigo de opinião "O Direito de Pensar" diz que "a ADFA não pode prescindir de todos os Associados não deve esquecer os lutadores da primeira hora.

MDN quando do meu protesto junto do IASFA, não concordaram que os DFA se inscrevessem como membros do dito instituto.

Será que nas associações acima descritas não existirão membros a quem os agora DFA tenham ajudado quando estiveram no activo?

A solidariedade não pode ser palavra vã, entre aqueles que em África se ajudavam no dia a dia.

Mudam-se os tempos, mudam-se as vontades????

Eu, por mim entendo, que quando as atrás citadas associações precisem da solidariedade da ADFA a mesma não lhes deverá ser negada. Pois os DFA devido ao seu enorme sofrimento ao longo dos anos, aprenderam a desculpar tudo e todos!! Porém, é bom que se diga que "Deus Não Dorme, Só Fecha os Olhos"!!!!

Não resisto a citar o poeta António Aleixo:

Vem da Serra o Infeliz/Vender Sêmea por Farinha/Passados Tempo Já Diz/ Esta Rua é Toda Minha

Esta quadra vai direccionada para quem nela se reveja! Seguindo em frente.

A Associação Nacional de Sargentos, quando sei, não concorda que o DL 134/97 seja extensivo às praças DFA. Pergunto eu!? Quantos dos membros desta associação terão sido praças? Muitos certamente!! Que olhem para a consciência e não deixem que o brilho que têm nos ombros lhes

Diz ainda, que se este afastamento se mantiver é porque não há democracia interna nem autenticidade de valores.

Como amigo, gosto de alguns dos teus artigos, (já agora peço-te o favor de os escreveres em português acessível a todos, ou seja, sem metáforas, sem prosa, pois nem todos têm a tua veia poética, percebes?), mas gostar, não implica concordar com o que neles escreves, por isso digo e afirmo que a ADFA não prescindiu de ninguém, de nenhum dos "lutadores da primeira hora", antes pelo contrário, foram alguns desses "lutadores", (seriam?), que afastaram, alguns desde o início, outros quando o "barco" ameaçou por duas vezes, meter água, com a agravante de alguns desses se "esquecerem" de pagar as quotas, de se "esquecerem" que a ADFA existe e tem de sobreviver com ou sem Eles, mas que não se "esquecem" nem rejeitam usufruir dos benefícios que os "outros" vão conseguindo com o seu esforço e dedicação.

2 - Ao Associado Carlos Castanho, que sinceramente não estou a "ver", mas que presumo seja Dirigente do Núcleo de Leiria, aconselho-o como um dos "Dirigentes - Executivos" que sou, a dirigir-se à Delegação da qual o seu Núcleo faz parte, presumo que Coimbra.

E a "esta" que se devem dirigir, mais concretamente à sua Direcção, as Direcções ou Comissões Instaladoras dos Núcleos.

Aconselho vivamente uma leitura atenta dos Estatutos, Capítulo dedicado aos Núcleos.

Contrariamente ao que afirma no penúltimo parágrafo do seu artigo, "A quem de direito", os Núcleos estão Presentes, assim como o CD, MAGD, DD e CFD, enfim toda a Delegação, sendo porta-voz de todos, o(s) Executivo(s) elemento da Direcção de Delegação, que comparece à reunião, pois ao fazê-lo, está a representar toda a Delegação e não somente a Direcção como afirma.

Julgo tê-lo esclarecido sem margem para dúvidas, ou então, permita-me presumir, que Delegação e Núcleo não se entendem, não reúnem, não falam, não discutem, não analisam, e que nada vos é comunicado posteriormente referente aos assuntos tratados, se for caso disso, claro está.

3 - Finalmente, confesso que deixei propositadamente para o fim, o artigo "Pontos para uma reflexão" da autoria do meu caro amigo e camarada Lopes Dias.

Esta sua reflexão, com base nos Associados da recém - criada Delegação de Lisboa, devia e é adaptável ao Todo Nacional.

Diz o autor no artigo, que os Associados de Lisboa se têm vindo a divorciar lentamente da ADFA, segundo ele, por falta de confiança na mesma, (seus Dirigentes?), falta de solidariedade (de todos?), a não obtenção de um futuro digno (3º

ofusque a visão! Muitos dos sargentos das Forças Armadas Portuguesas, sofreram na pele a agrura de ser praça! Ser egoísta leva a que o homem tudo queira!

Porém saber dividir é salutar e enobrece quem o faz.

Continuando.

Diz o DL 43/76 que os DFA têm 75 por cento de desconto nos transportes em Caminho de Ferro Nacionais!

Na Fertagus eu pago por inteiro. Na Refer não sei: Eu, pergunto e se um dia os transportes de Caminho de Ferro Nacionais forem privatizados na totalidade? Como irá ser a partir daí?

Quanto a sisa, se acabar o que iremos ter em termos compensatórios?

As pensões de sangue vão acabar? E depois, aquelas que tratam de nós há tantos anos ficam sem direito a uma compensação???

Deficientes em serviço. Para quando a resolução?

Grandes deficientes, para quando. Contagem do tempo do serviço militar para efeito de reforma, para quando a solução deste problema?

E os demais assuntos pendentes para quando? Para quando? E mais uma vez para quando?

É preciso fazer ver aos governantes deste país, que os DFA depois de mortos não precisam de mais nada!

A Bandeira da ADFA tem que sulcar ao vento com toda a sua força, querer e expressão!

A bandeira da ADFA não pode ser empurrada para o chão, pelos ventos lentos, agrestes e tendenciosos de alguns que pensam que os DFA são gente diferente.

A sermos diferentes será pela positiva!!

Para aqueles que estão do outro lado da barreira, que se habituem a ver em nós os DFA, um

idade?) por parte do Governo, dividindo o Grupo (ADFA?), passando esta, a viver do protagonismo pessoal de alguns Dirigentes. (Será?)

Não, grande amigo, a ADFA não está num patamar escorregadio, A ADFA já "escorregou" várias vezes, e se calhar, vai escorregar outras mais, assim, como o "barco" já meteu água algumas vezes, tendo os timoneiros e alguns remadores da altura, saltado fora, deixando como bem sabes, os "Bombeiros de Serviço", onde tu e eu, por exemplo, nos podemos incluir (entenda-se Bombeiros).

Quantos fogos já apagámos? Quantos litros de água já tirámos do barco?

Repito Lopes Dias, o problema não é o patamar, o problema grave, gravíssimo, é o "chão" que alguns se dedicam a "encerar" diariamente, sem desfalecimentos, o que diga-se de passagem, fazem muito bem, deitam bastante cera. Muitos e bons Dirigentes já caíram, com o conseqüente prejuízo para a ADFA.

Como disse acima, quando o barco adornou e começou a meter água, os ratos que saltaram, foram sempre os mesmos.

Que fazer? Cerrar fileiras, congregar esforços, lutar e trabalhar com aqueles que sempre disseram presente, que pagam as suas quotas, que comparecem quando deles necessitamos, ou pelo contrário, como dás a entender, preocuparmo-nos com os Outros, na tua boca divorciados?

A estes últimos, deixa-os ir, se querem separação litigiosa, nós cá estamos para os contrariar, se querem separação amigável, ao menos que paguem pontualmente as suas quotas e não nos chateiem.

Estes, os divorciados, com raríssimas excepções de que tenho conhecimento pessoal, são os mesmos que só querem saber das regalias, tais como, automóveis, promoções, chorudas pensões para as suas viúvas, entre outras.

Nenhum dos ditos Divorciados, quando a mim, apresenta razões válidas para o seu afastamento. Se na opinião deles algo vai mal, ajudem a corrigir, pois criticar e nada fazer, é muito fácil.

Afinal, caro amigo Lopes Dias, o que eles querem, é ir a reboque dos "Casados".

Continua a escrever. Um abraço.

P.S.: Se tornares a escrever sobre este tema, fá-lo por favor, analisando um a um os "divorciados" que conheces e deram origem a este tema, assim como as suas razões.

De certeza que as conclusões seriam muito interessantes em 99 por cento dos casos. •

Aníques Carvalho

grande grupo de homens com coragem e um grande querer.

A quem a Pátria tudo pediu e tarda a compensar na íntegra!

Eu, por mim falo, o lema da armada é o seguinte: A Pátria honrai que a pátria vos contempla. Cá estou eu à espera!

Nós os DFA, fazemos parte integrante e com todo o mérito do espelho mais brilhante da Nação!

Fomos e continuamos a ser dos melhores entre todos, com provas dadas!

Lutámos pelas nossas razões antes do 25 de Abril de 1974!

Saibamos lutar nos tempos que correm!

A ADFA é apartidária! Mas os políticos que olhem para a nossa situação!

Há muito se reivindica, há muito se espera! "O Desespero mora nesta casa"!!!

Aos DFA só a morte os fará parar!!!! De resto não temos medo de ninguém!!

A continuar tudo como está onde iremos parar? Mais do que uma questão política, tudo isto é um problema nacional!

Deixo aqui o meu repto à Direcção Nacional: mobilização, acção, um grande arregaçar de mangas e não deixar que outros se sirvam das nossas lutas para outros fins.

Não se pode deixar de exigir o que é justo!!!!

Nota: Depois do meu protesto junto do IASFA fui contactado por diversos camaradas que me disseram que agora teríamos de pagar quotização no dito instituto. Ainda bem que se paga a quotização. Pois quanto a mim os DFA precisam de ter em dia os seus direitos e obrigações.

Queremos regalias, mas não queremos esmolas.

Rolando Silva



António Carreiro

Barbárie

O título induz a que vos fale, na presente conjuntura, de conflitos civilizacionais, com destaque para a falta de voz do mundo islâmico, há cerca de 200 anos, que, aliás não sei como ultrapassarão através da lei da espada. Mas não sei se é disso que estou a falar.

Li na "Capital" de sete de Setembro que um nosso "colega" de cadeira de rodas eléctrica, o Sr. Severino Foddis (com dois d), já entrado nos sessenta, foi multado na sua cidade de Gonnessa (com g e dois n), na Sardenha.

Bom - dirão: os deficientes também "têm direito" a ser multados. E ainda bem!

Mas este foi-o "por conduzir um veículo numa zona destinada a peões" à estonteante velocidade de 1,5 Km/hora. E assim terá que pagar 14 contos à sua Câmara Municipal, desta nossa Itália, "partenaire" da União Europeia.

O solícito autarca Paolo Collu (com dois l e um u), que não pôde cancelar a multa porque o zeloso polícia "limitou-se a cumprir o disposto na lei", logo se ofereceu para pagar por tal "Fangio" paralisado, qual tareco migalheiro que o deficiente tem que ser pobre e com estatuto de pedinte de estimação, de preferência a receber aos Domingos, pouco depois da missa.

Pensava eu que só por cá é que havia maus políticos.

Infelizmente o jornalista de "A Capital" alinhou pela mesma mentalidade decrépita, ordinária e que deve milhões de Euros à inteligência e concluiu "do mal o menos".

Também a nossa tão querida União Europeia, defensora dos direitos humanos e da cidadania, que anda sempre com os deficientes na boca, ainda não os meteu no coração (com o).

Ponha-se a falar dos fundamentalismos dos outros...

Até dá vontade de começar à espadeirada.

Tenham cuidado com o acelerador na cadeira eléctrica...



Director: José Diniz

Propriedade: Associação dos Deficientes das Forças Armadas
Administração e Redacção: Av. Padre Cruz - Ed. ADFA 1600-560 - Lisboa
Telefone: 21 7512600 Fax: 21 751 2610

E-mail: adfa@mail.telepac.pt Internet: http://www.adfa-portugal.com



Inauguração Monumento aos Combatentes do Ultramar em Viseu

No dia 28 de Outubro foi inaugurado em Viseu, na rotunda junto do Regimento de Infantaria 14, um Monumento aos Combatentes do Ultramar, na presença do chefe do Estado Maior do Exército, tenente-general Silva Viegas, que representava o ministro da Defesa Nacional, do comandante da Região Militar do Norte, tenente-general Cipriano Alves, em representação do general CEMGFA, e dos presidentes da Liga dos Combatentes e da ADFA.

Na inauguração estiveram também presentes os representantes de várias delegações da ADFA e muitos antigos combatentes e deficientes militares.

Patuleia Mendes, presidente da DN, referiu que "este é um marco que as sociedades constituem para evidenciar às gerações futuras factos importantes da sua História, onde individualidades se distinguem ao serviço dessas sociedades", aludindo aos diversos monumentos levantados "desde o Mosteiro dos Jerónimos ao Monumento aos Combatentes do Ultramar, em Belém".

"27 anos depois do fim da Guerra Colonial ainda se erigem monumentos àquele período histórico que, com sangue, encerrou o ciclo do Império", continuou.

Patuleia Mendes realçou ainda que "tão importante como os monumentos de pedra, é a envolvimento dos antigos combatentes e

deficientes militares que intervieram na Guerra Colonial, monumentos vivos daquele período e que devem contribuir para a correcta análise histórica do tempo, para que se faça a catarse colectiva e se enterre o tabu ainda remanescente para que não aconteça à Guerra Colonial o mesmo que à Batalha de Alcácer Quibir, uma ferida ainda a sangrar, 400 anos depois da sua ocorrência".

Depois de falar de forma firme mas com temperança sobre como deve reivindicar-se a aprovação de legislação sobre a contagem de tempo de serviço e a implementação urgente da Rede de Acompanhamento ao Stress de Guerra, evidenciando a pedagogia de todos para a irradiação de dissimulações no processo, já que "quem tem stress de guerra esconde-se e não aceita que o tem e quem pretende unicamente uma pensão clama aos quatro ventos que sofre da patologia".

O presidente terminou recordando aos antigos combatentes e deficientes militares a frase do padre António Vieira, "se servistes a Pátria, e ela vos foi ingrata, vós fizestes o que devíeis e ela o que costuma", adiantando que se, "tal como em combate, soubermos na sociedade dar o exemplo do dever cumprido pela «ditosa Pátria nossa amada» as actuais gerações jovens e as futuras dirão de nós "orgulhe-se a Pátria de tal gente".

Quotas em dia, ELO em casa

O envio do ELO é um direito que todos os associados adquirem pelo facto de cumprirem as suas obrigações associativas, uma das quais é o pagamento atempado das quotas.

Por isso, caro associado, não se esqueça de regularizar as suas quotas.

Ex-combatentes

As organizações de ex-combatentes foram recebidas pelo ministro da Defesa Nacional no passado dia 16 de Outubro e pela Comissão de Defesa da Assembleia da República no dia 17 do mesmo mês.

Rui Pena aludiu à sua vontade de manter um diálogo efectivo com todas as associações às quais prometeu dar conhecimento dos projectos legislativos a efectuar.

Salientou o que foi feito em relação à Rede Nacional de Apoio ao Stress e mostrou-se mesmo disposto a lançar um rastreio nacional se os resultados da implementação da rede não mostrarem resultados suficientes.

Quanto à contagem do tempo de serviço de ex-combatentes disse que o MDN está a finalizar um estudo quanto a esta questão e que as medidas a adoptar serão as possíveis tendo em conta as condições do nosso país e da generalidade dos nossos concidadãos.

Referiu ainda que irá propôr uma organização do Conselho Consultivo dos Antigos Combatentes de molde a que este possa funcionar e ouvir as organizações para os problemas mais prementes. Estiveram presentes seis associações e diversas personalidades convidadas no encontro que se justificou pela preparação daquele Conselho.

No dia seguinte seis associações de ex-combatentes manifestaram na AR as suas preocupações em discurso bastante vivo, tendo a ADFA alertado para o tempo de serviço dos deficientes militares e recolhendo-se dos partidos vontade de resolver a questão mas também impaciência pela espera dos projectos do Governo.

O presidente da DN teme que "não esteja a ser totalmente abrangida a proposta que a ADFA efectuou relativa ao tempo de serviço para os deficientes militares mas não se abrandará o empenho para que, em tempo útil, se faça justiça total e plena em relação ao que defendemos".



RENAULT

- ▶ O salão de exposições é gigante: 2500 m2.
 - ▶ O horário de atendimento é enorme.
8h - 20h durante a semana
9h - 19h ao fins-de-semana
 - ▶ O horário da oficina é igualmente grande.
8h - 24h durante a semana
8h - 18h ao sábado
 - ▶ No grande centro de ensaios cabe toda a gama.
 - ▶ O serviço de assistência e desempanagem tem o maior horário possível: 24h por dia.
- Atendimento Cliente: 800 203 157

RENAULT CHELAS Tudo Por Si.

R. Dr. José Espírito Santo, Lote 11-E - 1900-672 LISBOA
Tel.: 21 836 14 00 Fax: 21 836 14 91
Av. da Liberdade, nº 33 - 1200-139 LISBOA